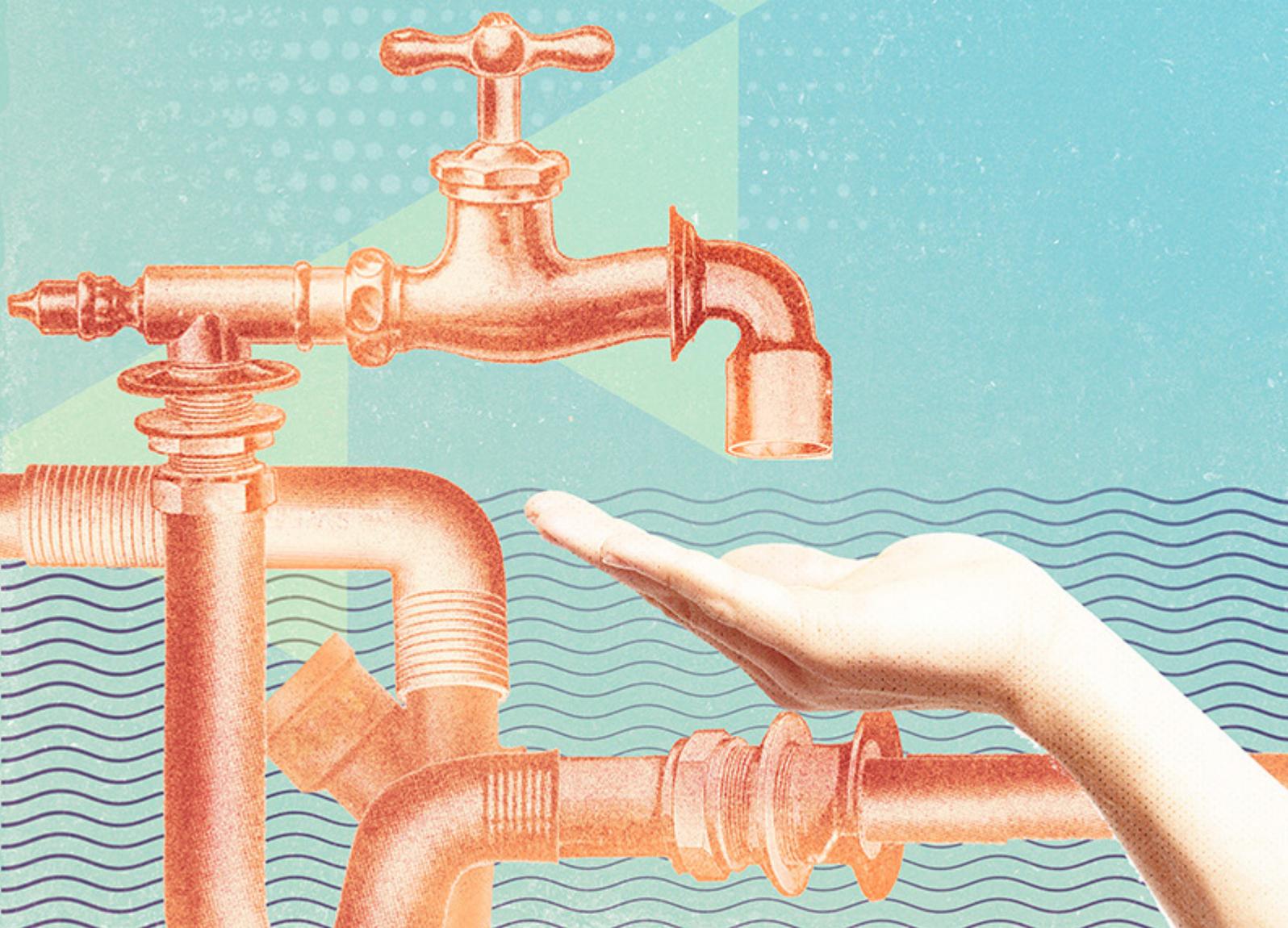


O SISTEMA CANTAREIRA E A CRISE DA ÁGUA EM SÃO PAULO

ARTICLE¹⁹

falta de transparência,
um problema que persiste

SEGUNDA AVALIAÇÃO | 2016



REALIZAÇÃO:



APOIO:



ATENÇÃO:

Este não é um estudo exaustivo. Novas informações e alterações poderão ser acrescentadas ou modificadas, conforme o aprofundamento dos casos, descoberta e envio de novas informações e o avanço de investigações oficiais.

FICHA TÉCNICA

PESQUISA

Natália Dias Tadeu*

REALIZAÇÃO

ARTIGO 19

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Mariana Tamari

SUPERVISÃO

Paula Martins

COLABORAÇÃO

Lia Canotilho Logarezzi
Davi de Sousa

DESIGN

Claudia Inoue e Mariana Coan

REVISÃO

Taís Cavalcanti Silva

**Doutoranda e mestra pelo programa de Ciência Ambiental da USP e Gestora Ambiental pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP*

EQUIPE ARTIGO 19 BRASIL

Paula Martins

DIRETORA

Joara Marchezini

Mariana Tamari

Bárbara Paes

Lia Canotilho Logarezzi

ACESSO À INFORMAÇÃO

Júlia Lima

Thiago Firbida

Alessandra Góes

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DE COMUNICADORES E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Laura Tresca

Marcelo Blanco dos Anjos

INTERNET E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Camila Marques

Raíssa Maia

Gabriela Moribe

Mariana Arnoldi

Mariana Rielli

CENTRO DE REFERÊNCIA LEGAL

João Ricardo Penteado

Davi de Sousa

COMUNICAÇÃO

Regina Marques

Rosimeyri Carminati

Yumna Ghani

Edgard de Souza

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Belisário dos Santos Júnior

Eduardo Panuzzio

Malak Poppovik

Luiz Eduardo Regules

Luciana Guimarães

Marcos Fuchs

Heber Araújo

Thiago Donnini

CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dias, Natália

O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo [livro eletrônico] : falta de transparência, um problema que persiste / Natália Dias ; coordenadora Mariana Tamari. -- São Paulo : Artigo 19 Brasil, 2016.
10 Mb ; PDF.

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-92583-04-0

1. Água - Abastecimento - São Paulo, Região Metropolitana 2. Água - Uso - São Paulo, Região Metropolitana 3. Direito à informação 4. Recursos hídricos - Desenvolvimento - Aspectos ambientais 5. Recursos hídricos (Gerenciamento) - Brasil 6. Sistema Cantareira (Produção de água) I. Tamari, Mariana. II. Título.

16-04868

CDD-333.910098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Sistema Cantareira : São Paulo : Região Metropolitana : Gestão dos recursos hídricos 333.910098161



"Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição - CC - BY"

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES 4

CAPÍTULOS:

1. Introdução 5

2. Metodologia 6

3. Identificação do Problema 7

3.1 Principais Atores 8

3.2 Revisão cronológica dos acontecimentos 9

4. Análise da Transparência e Acesso à Informação 20

4.1 Transparência ativa: Análise das Informações dos sites oficiais 21

4.2 Transparência passiva: Pedidos de Informação 26

5. Consequências da Falta de Transparência: Crise Hídrica do Sistema Cantareira e os Direitos de Acesso à Água e à Informação 30

5.1 Conclusões 32

5.2 Recomendações 33

BIBLIOGRAFIA 34

NOTAS 35

LISTA DE ABREVIACÕES

ANA – Agência Nacional de Águas
APP – Área de Preservação Permanente
ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CVS – Centro de Vigilância Sanitária
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
EAS – Estudo Ambiental Simplificado
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente
ETA – Estação de Tratamento de Água
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GAEMA – Grupo de Atuação Especial de Meio Ambiente
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LAI – Lei de Acesso à Informação
MP – Ministério Público
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCJ – Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
PMA – Plano Metropolitano de Água
PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos
PPP – Política Pública Privada
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEVISA – Sistema Estadual de Vigilância Sanitária
SSRH – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
STF – Supremo Tribunal Federal
TCE – Tribunal de Contas do Estado
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO



São Paulo enfrentou, nos últimos anos, a pior seca até hoje registrada na região. Devido à falta de chuvas, os problemas ligados à gestão hídrica vieram à tona, mostrando o despreparo dos governos para lidar com uma situação emergencial relacionada à falta d'água. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com seus cerca de 20 milhões de habitantes, sofreu durante todo esse período com a incerteza e a iminência de viver um colapso hídrico. A falta de transparência e as informações contraditórias divulgadas na imprensa que acompanharam todo esse processo só causavam mais apreensão e sofrimento aos paulistas.

A maior fonte de abastecimento de água para a população da Região Metropolitana de São Paulo é o Sistema Cantareira. Em tempos de exploração máxima, o sistema chegou a fornecer água para 8,8 milhões de pessoas da região, mas esse número caiu para 5,4 milhões de habitantes durante o ápice da crise hídrica, segundo dados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)¹.

O Sistema Cantareira é formado por seis reservatórios, localizados ao norte da Região Metropolitana de São Paulo. São eles: Jaguari (no rio Jaguari) e Jacareí (no rio Jacareí), ambos em Bragança Paulista; Cachoeira (no rio Cachoeira), em Piracaia; Atibainha (no rio Atibainha), em Nazaré Paulista; Paiva Castro (no rio Juqueri), em Franco da Rocha; e Águas Claras (no ribeirão Santa Inês), em Caieiras (ANA/DAEE, 2013).

Dada a importância do Sistema Cantareira e diante do cenário de escassez hídrica e de informações que São Paulo vivia desde 2013, a organização ARTIGO 19, que luta pela defesa da liberdade de expressão e pelo acesso à informação, elaborou um estudo, em 2014, intitulado "Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo: a falta de transparência no acesso à informação", que avaliou a situação da transparência entre os órgãos responsáveis pela gestão do sistema.

O relatório apontou que dois dos grandes problemas enfrentados pela Região Metropolitana de São Paulo à época eram a escassez hídrica e seus reflexos no abastecimento de água à população. Contudo, verificou-se que o prolongado e duro período de estiagem não era a única causa da falta de água. O principal causador da crise era o modelo de gestão dos recursos hídricos responsável pelo abastecimento daquela área (ARTIGO 19, 2014).

O presente relatório tem como objetivo atualizar o estudo "Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo: a falta de transparência no acesso à informação", elaborado pela ARTIGO 19 em 2014. Para tanto, inicia-se com uma nova análise cronológica das informações que circularam na imprensa sobre a gestão do Sistema Cantareira entre outubro de 2014 e março de 2015. A proposta é avaliar a forma como os órgãos públicos se comunicam com a população e a qualidade das informações divulgadas. Em um segundo momento, será apresentada a análise de transparência de 14 órgãos envolvidos com a gestão hídrica do Sistema Cantareira. Para essa verificação, dividida entre análises de transparência ativa e passiva, foram utilizados critérios da LAI, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11). A metodologia para a avaliação foi a mesma utilizada no estudo de 2014 e tem como pano de fundo questões relacionadas a informações sobre a crise hídrica que a população da Região Metropolitana de São Paulo enfrentou, principalmente, entre os anos de 2013 e 2016.

O relatório faz, ainda, uma comparação entre os resultados de 2014 e de 2015/2016, com conclusões sobre a situação atual da transparência dos órgãos responsáveis pela gestão do Sistema Cantareira. Por fim, traça recomendações para uma efetiva melhora no acesso à informação relacionado à gestão de recursos hídricos.

METODOLOGIA



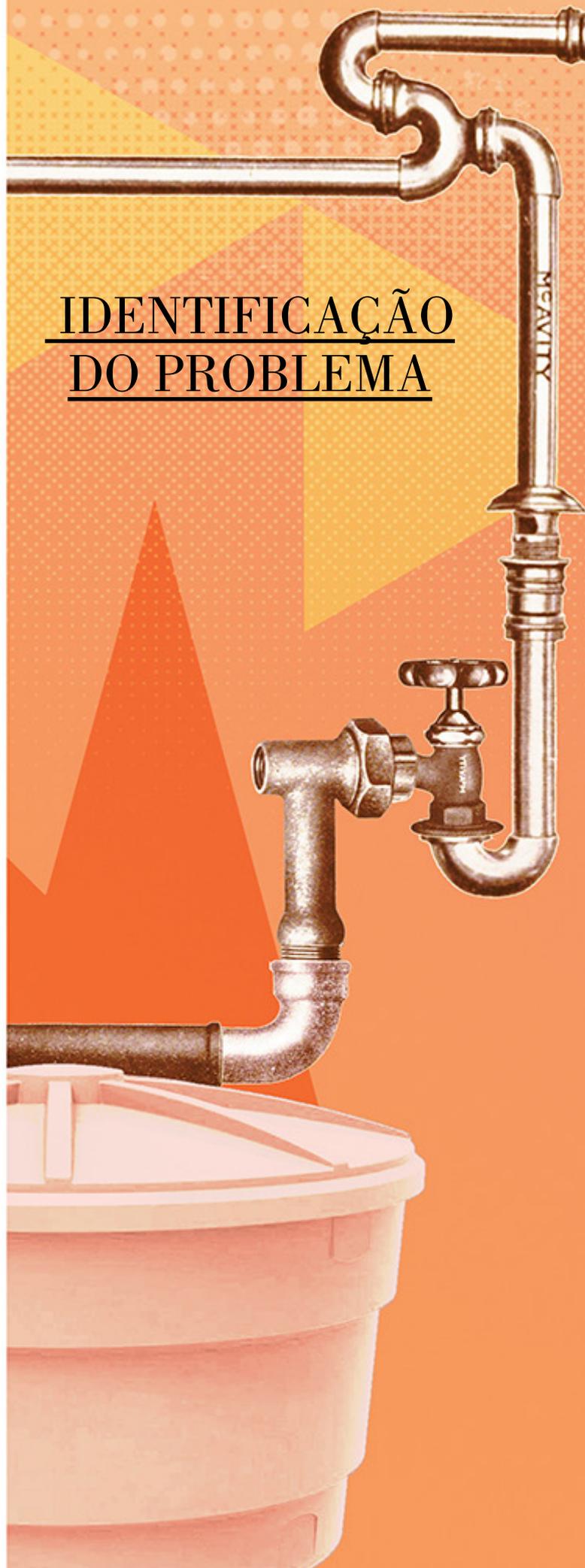
O diagnóstico deste relatório empregará o mesmo método desenvolvido para a análise de transparência da crise hídrica do Sistema Cantareira realizada em 2014 (ARTIGO 19, 2014). Sendo assim, ele está dividido em três partes:

PARTE 1 Nesta etapa, identificamos o problema ao analisar quais atores estão envolvidos na questão e os informes e as declarações oficiais sobre a gestão da água no sistema por meio de notícias divulgadas na imprensa. Fizemos uma revisão cronológica dos acontecimentos e, com isso, foi possível verificar se houve divergência nas declarações e/ou informações sobre a crise hídrica, bem como perceber se houve mudança na forma como os órgãos públicos lidaram com a questão. **O período da análise foi de 1º de outubro de 2014 até 13 de março de 2016.**

PARTE 2 Foi feita uma análise da transparência no acesso à informação. Inicialmente, realizamos a análise da **transparência ativa** por meio da verificação de *sites* dos órgãos públicos envolvidos com a questão, identificados na etapa anterior. Posteriormente, realizou-se, também, a avaliação da **transparência passiva** por meio da solicitação de informações aos órgãos. Para ambas foi utilizada como parâmetro a LAI, Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11).

PARTE 3 Constatada a falta de transparência, esta etapa identificou os principais fatores que dificultam o acesso à informação e como isso prejudica direitos humanos fundamentais associados ao direito de saber e ao acesso à água enquanto recurso fundamental para o consumo humano.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA



Principais atores

Tabela 1. PRINCIPAIS ATORES RELACIONADOS À CRISE HÍDRICA E SUAS ATRIBUIÇÕES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Órgão da administração direta com poder de tomada de decisão sobre as políticas de gestão de recursos hídricos. Responsável por decretar medidas de controle do consumo da água, tais como: racionamento, taxas, multas e benefícios, na medida de suas competências estabelecidas em lei.
SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	A SABESP é uma empresa de economia mista, e sua principal atribuição é a prestação de serviços de saneamento básico ao Estado de São Paulo, com vistas à sua universalização. Compreende atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos ¹ .
SSRH SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	São atribuições da secretaria o planejamento e a execução das políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo, incluindo o desenvolvimento, o controle, a regularização, a conservação e a recuperação dos recursos hídricos, e a captação, a adução, o tratamento e a distribuição de água ² .
ANA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	A ANA é uma agência reguladora, autárquica e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Entre suas principais atribuições estão: disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União e fiscalizar o cumprimento da outorga; elaborar estudos técnicos e estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão dos recursos hídricos.
DAEE DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA	O DAEE é uma autarquia estadual à qual compete, entre outras atribuições, estudar o regime dos cursos d'água existentes no estado, tendo em vista o seu aproveitamento para diversos usos; elaborar o planejamento geral e os planos parciais sobre obras e serviços que devam ser submetidos à aprovação do governo; elaborar projetos e executar a construção das obras de aproveitamento, derivação ou regularização dos cursos de água; examinar e instruir os pedidos de concessão ou autorização para uso da água ou para aproveitamento de força hidráulica; além de examinar os projetos, dar assistência técnica e fiscalizar concessionários ou permissionários ³ .
MP MINISTÉRIO PÚBLICO	O Ministério Público atua como fiscal da lei. É um órgão independente e possui competências para atuar inquéritos civis públicos por meio das promotorias.
CBH COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PCJ (PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ) E COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ	Os comitês são colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas. Suas principais funções são: participar na definição das ações e dos programas; aprovar e acompanhar a execução do plano de bacias; criar câmara técnica para acompanhar pedidos de outorga; discutir e deliberar sobre projetos e orçamentos a serem executados; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos no âmbito da sua área de atuação; submeter, obrigatoriamente, os planos diretores de recursos hídricos da bacia hidrográfica a audiência pública e desenvolver e apoiar iniciativas em educação ambiental ⁴ .
ARSESP AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	A ARSESP é uma agência reguladora estatal com atribuição de regular, controlar e fiscalizar, entre outros, os serviços públicos de saneamento básico de titularidade estadual, inclusive com relação às questões tarifárias e de contratos de prestação de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgotos ⁵ .
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	Órgão da administração municipal com poder de tomada de decisão sobre as políticas de saneamento. No caso de abastecimento de água e esgoto, pode firmar contrato com empresa concessionária. A coleta e a destinação de resíduos, bem como a microdrenagem do município sempre estiveram a cargo da prefeitura ⁶ .

1. Estatuto Social da SABESP. 2. Decreto nº 47.906, de 24 de junho de 2003. 3. Lei nº 1.350, de 12 de dezembro de 1951. Cria e organiza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo.

4. Lei nº 9.433, de 1997. 5. Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007. 6. Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo. 7. Estatuto Social da CETESB.

8. Decreto nº 26.048, de 15 de outubro de 1986, e "Quem somos" (<http://www.cvs.saude.sp.gov.br/quemsomos.asp>).

CETESB COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	A CETESB é um órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo responsável pelo controle, pela fiscalização, pelo monitoramento e pelo licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo ⁷ .
CVS CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO	O órgão é coordenador do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa) e tem o objetivo de “planejar, coordenar, supervisionar, realizar estudos e propor normas e programas”, abrangendo quatro subsistemas fundamentais de controle de ⁸ : <ul style="list-style-type: none"> • bens de consumo e prestação de serviços que direta ou indiretamente se relacionam à saúde; • ações de saneamento do meio (formas de intervenção sobre os efeitos advindos do uso e do parcelamento do solo, das edificações, do sistema de produção em geral e dos sistemas de saneamento básico – coletivos e individuais); • ambiente e processo de trabalho.

Revisão cronológica dos acontecimentos, declarações e posicionamentos dos atores envolvidos

Outubro de 2014

Segundo a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), o volume de água armazenado nos reservatórios do Sistema Cantareira seguia em queda e registravam-se, em 1º de outubro de 2014, 6,7% da sua capacidade total de armazenamento. Desde maio daquele ano, o sistema dependia da primeira cota da “reserva técnica” (denominação empregada pela SABESP), também conhecida como “volume morto” - neste estudo usaremos ambas as denominações. O uso desse volume acrescentou 182,5 bilhões de litros de água, ou 18,5%, sobre o total do sistema. Segundo o secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce, esse volume poderia se esgotar em 21 de novembro daquele ano².

A SABESP já havia manifestado interesse em captar a segunda cota da reserva técnica, o que acrescentaria mais 10,7% ao total da capacidade do Cantareira. Contudo, a Agência Nacional de Águas (ANA) informou que o estudo realizado pela companhia, chamado de “Plano de Operações”, necessitava de correções e deu um prazo de cinco dias para que elas fossem realizadas³. A SABESP não cumpriu o determinado e solicitou prorrogação para o dia 6 de outubro⁴.

No dia 10 de outubro, o presidente da ANA, Vicente Andreu, declarou, em reunião do Conselho da Cidade de São Paulo (órgão consultivo formado por representantes dos movimentos sociais, entidades de classe, empresários, cientistas e pesquisadores, artistas e lideranças religiosas para construir o diálogo entre a administração pública e sociedade) que a solicitação realizada pela SABESP para a retirada da segunda cota da reserva técnica do sistema seria atendida mediante a divulgação detalhada de informações sobre a crise hídrica pelo Governo do Estado de São Paulo. A retirada seria realizada em partes, de acordo com o volume de chuvas, e autorizada pela ANA em parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)⁵.

Houve forte crítica e pressão da parte de membros do Conselho da Cidade, inclusive do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, devido à falta de transparência do governo do estado em assumir a gravidade da situação hídrica⁶. Duas semanas an-

tes, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP) entraram com uma ação civil pública exigindo a revisão imediata da retirada de água do Sistema Cantareira pela SABESP e a proibição da captação integral da segunda cota do volume morto. O juiz federal Miguel Florestano Neto acolheu parcialmente a ação e determinou que o DAEE e a ANA revisassem as vazões retiradas do sistema, além de proibir a captação da segunda cota do volume morto^{7,8}.

A ANA informou que a SABESP não administrou a captação de água do volume morto de acordo com as especificações de retirada de água estipuladas. Identificou-se que a empresa estava captando mais do que o permitido na represa de Atibainha, após vistoria realizada no Sistema Cantareira (que indicava nível 38 cm abaixo da cota-limite estipulada pelos órgãos reguladores)^{9,10}. Por meio de ofício, a Agência Nacional de Águas notificou o DAEE e solicitou que o órgão adotasse providências em caráter de urgência¹¹.

Em outro ofício, a ANA pediu explicações ao DAEE sobre os motivos que o levaram a autorizar a SABESP a captar água do volume morto abaixo da cota-limite da represa de Atibainha. No dia 10 de outubro, a SABESP alegou que manutenções imprevistas haviam feito com que o bombeamento atingisse a cota antes do período planejado e que a operação integrada do Sistema Equivalente (para o Sistema Equivalente do Cantareira, são considerados os reservatórios Jaguari-Jacaré, Cachoeira e Atibainha) compensaria a retirada do Atibainha. A ANA, por sua vez, ressaltou que, apesar do disponível no Sistema Equivalente, o uso do volume para além da cota definida para essa represa configura uso de parte da segunda cota do volume morto, e isto só poderia ocorrer mediante autorização dos órgãos reguladores¹².

No dia 8 de outubro, na Câmara Municipal de São Paulo, em reunião pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava as responsabilidades pela falta d'água no estado (instalada em 20 de agosto de 2014), os microfones registraram o momento em que Dilma Pena, presidente da SABESP, e o vereador Andrea Matarazzo (PSDB) classificaram como “teatrinho” a atuação dos vereadores na comissão. O vereador mencionou, ainda, que a CPI não teria consequências¹³.

No dia 15 de outubro, Dilma Pena, em seu segundo depoimento à CPI, manifestou que se sentiu ofendida e constrangida pelo episódio da publicização da conversa que teve em particular com o vereador. Na mesma reunião, declarou que, em novembro de 2014, o volume da primeira cota da reserva técnica chegaria ao fim, mas que existia previsão de chuvas no fim de outubro que poderiam amenizar a situação. Na ocasião, informou também que a SABESP estava realizando uma obra que seria capaz de aumentar em 12% o nível do Sistema Cantareira (106 milhões de metros cúbicos). Mesmo adiante das queixas sobre falta d'água da população, ela negou que existisse racionamento e afirmou que se tratava de uma operação que reduzia o bombeamento de água durante a noite, medida que teria afetado principalmente as áreas mais altas da cidade¹⁴.

Em algumas regiões de Carapicuíba, a população alegou ter ficado sem água por até oito dias. Notícias publicadas na imprensa mostraram moradores se abastecendo com baldes e alguns até se utilizando de lixeiras como caixas d'água. Com a impossibilidade de usar sanitários, com correto descarte de dejetos, meios alternativos também estavam sendo incorporados pela população, como uso de sacos plásticos. Uma escola infantil da região precisou contratar caminhão pipa e galões de água para garantir o consumo humano¹⁵.

Novembro de 2014

A autorização para o uso da segunda cota da reserva técnica/volume morto do Sistema Cantareira foi concedida pelos órgãos reguladores em novembro de 2014 por meio da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 1.672. Nesse documento, ficaram definidas novas cotas-limite para o bombeamento de água pela SABESP nos reservatórios Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha. Diferentemente da autorização para o uso da primeira cota da reserva técnica/volume morto, essa resolução determinava que a utilização de volumes adicionais ocorreria por parcelas, que seriam definidas por meio de Comunicados Conjuntos ANA-DAEE¹⁶.

Nesse mesmo mês, foi instituída uma segunda categoria de bônus na cobrança pelo serviço de distribuição de água para aqueles que a economizassem, mas não atingissem a meta de 20% de redução em relação ao mesmo período do ano anterior. Quem reduzisse o consumo entre 10% e 15% teria desconto de 10% na conta de água; a redução de gasto entre 15% e 20% conferiria um bônus de 20%. Como ocorria desde fevereiro, quem economizasse mais que 20% teria desconto de 30% na conta. Não se registrava aumento no nível do reservatório desde 16 de abril de 2014. Até aquele momento, acumulavam-se 203 dias de queda ou estabilização do nível. A ANA previa que a segunda cota da reserva técnica teria duração até o fim de abril de 2015. Havia, contudo, muitas dúvidas em relação à qualidade dessa água^{17,18}.

Em declaração pública, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou que o racionamento ainda não seria necessário, uma vez que o sistema possuía volume suficiente para o abastecimento da população até abril de 2015. Entre as medidas para tentar amenizar a crise hídrica, Geraldo Alckmin anunciou que, até dezembro de 2015, seria finalizada a construção de duas estações de produção de água de reuso que abasteceriam diretamente as bacias dos Sistemas Guarapiranga e Alto Cotia. No dia 6 de novembro, a ANA emitiu parecer favorável à transposição de água da bacia do rio Paraíba do Sul¹⁹.

No dia 3 de novembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux indeferiu o pedido de medida cautelar por parte do MPF que solicitava embargar qualquer autorização ou licenciamento relacionado a obras de transposição do rio Paraíba

do Sul. O MPF argumentava que seria necessária a realização de estudos para dimensionar quais seriam os efeitos e os impactos ambientais decorrentes da redução da vazão do rio. Contudo, o ministro do STF decidiu convocar uma audiência de mediação para buscar uma solução consensual para o problema da crise hídrica. A audiência havia sido convocada para 20 de novembro, com a presença do advogado-geral da União, dos governadores e dos procuradores-gerais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, da ministra de Meio Ambiente, do presidente da ANA e do presidente do IBAMA²⁰.

No dia 10 de novembro, ocorreu uma reunião entre a presidenta Dilma Rousseff e o governador Geraldo Alckmin para discussão sobre o abastecimento de água de São Paulo²¹. Esse encontro teria por objetivo debater as obras que deveriam ser realizadas para amenizar os efeitos da crise. Entre as obras citadas pelo governador, estavam a construção de duas estações de produção de água de reuso, que abasteceriam as bacias do Guarapiranga e Alto Cotia, e novo Sistema São Lourenço²². Os projetos totalizariam um investimento de R\$ 3,5 bilhões, e o governador solicitou ajuda federal para arcar com os custos^{23,24}.

A procuradora da República Sandra Shimada Kishi, responsável pela área de abastecimento no MPF, informou que, até o dia 13 de novembro, já havia 12 inquéritos civis públicos abertos para apurar as responsabilidades da crise hídrica, além de quatro ações civis. À época, a procuradora afirmou que seria necessário definir como a segunda cota da reserva técnica seria utilizada para evitar maiores impactos. Ela alegou que a forma como São Paulo estava lidando com a situação indicava que o poder público contava apenas com o retorno do período de chuvas²⁵.

Em 27 de novembro, os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais fecharam acordo no STF para dar início às obras de infraestrutura que tinham como objetivo reduzir os efeitos da crise hídrica no Sudeste. Até o dia 28 de fevereiro de 2015, os estados deveriam apresentar propostas para o enfrentamento do problema. Entre elas encontrava-se a transposição do rio Paraíba do Sul, cuja bacia abrange os três estados, medida à qual o estado do Rio de Janeiro se mostrava contrário inicialmente²⁶.

Dezembro de 2014

No dia 2 de dezembro, ao participar do seminário "Crise da escassez hídrica no Brasil e seu gerenciamento no Estado de São Paulo", o assessor de Operações da SABESP, Antônio César da Costa e Silva, disse que a crise hídrica de São Paulo está associada a um fenômeno climático "absolutamente imprevisível" que afetou também outras regiões do mundo, como o estado da Califórnia, nos Estados Unidos²⁷.

No início daquele mês, Alckmin e Dilma se reuniram para fechar um acordo para a construção de um novo sistema de abastecimento de água para a Grande São Paulo. O Sistema São Lourenço captaria água no rio São Lourenço, processo que seria financiado por uma Parceria Público-Privada (PPP), com parte dos recursos coberta pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A previsão é de que essa obra seja concluída em 2017²⁸.

Em seu novo mandato, iniciado em 2015, o governador de São Paulo decidiu substituir o secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce. O novo secretário indicado foi Benedito Braga, presidente do Conselho Mundial da Água.

No fim do mês de dezembro de 2014, a SABESP anunciou que manteria medidas de controle de custos em 2015 com orçamento menor do que em 2014. Segundo o diretor financeiro da companhia, Rui Affonso, os investimentos para o período de 2014 a 2018 não representariam elevação no investimento previsto de R\$ 12,8

bilhões. Entre as decisões, estavam a substituição de obras menos emergenciais. O diretor financeiro argumentou que a previsão de chuvas, dentro da média histórica para o período, seria suficiente para atender ao abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo até o fim de 2015. Nesse momento, o nível do sistema já registrava a marca de 6,7%²⁹.

No fim de 2015, Dilma Pena anunciou que deixaria a presidência da SABESP. A relação da presidente da companhia com o governo se desgastou após o vazamento de um áudio no qual, entre outras questões, ela mencionou que havia uma “orientação superior” para que a SABESP não alertasse a população sobre a necessidade de economizar água³⁰.

No dia 18 de dezembro, o governador Geraldo Alckmin anunciou medida que determinava que quem aumentasse o consumo de água em até 20% pagaria a mesma percentagem a mais na conta. Caso o aumento no consumo superasse essa margem, o acréscimo no valor da conta saltaria para 50%. Este percentual seria calculado com base na média de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014. Alckmin negou que isso seria uma multa ao consumidor e definiu a medida como “tarifa de contingência”³¹.

Em 26 de dezembro, verificou-se um aumento no nível de água do Sistema Cantareira, passando para 7,4%. Dois dias depois, no dia 28, o volume era de 7,3%. Ambas as medições contam como a segunda cota do volume morto^{32, 33}.

Janeiro de 2015

O novo presidente da SABESP, Jerson Kelman, que assumiu o cargo em 9 de janeiro, declarou, no dia 14 do mesmo mês, que seria possível que o Sistema Cantareira secasse em março daquele ano. Naquele momento, o nível do sistema havia sofrido queda e registrava 6,3% de sua capacidade. Kelman também declarou que a SABESP tentaria informar com maior precisão a população sobre os “cortes de água”³⁴, referindo-se ao processo denominado pela companhia como “redução de pressão”.

A SABESP também anunciou que toda a região metropolitana estava sob redução de pressão da água e divulgou um mapa das áreas afetadas. Segundo a empresa, essa redução ocorria, principalmente, à noite e durante a madrugada, horário que não afetaria a população ou as atividades econômicas³⁵. Essa afirmação ia de encontro com o que era observado, relatado e denunciado em diversas regiões de São Paulo. Entende-se que essa narrativa foi utilizada depois de a Justiça ter proibido a cobrança de “multas”, ou a “tarifa de contingência”, para quem consumisse mais do que a média. De acordo com o argumento apresentado na sentença liminar da juíza da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, a lei exige que a “tarifa de contingência” seja aplicada somente após a adoção de racionamento oficial.

No dia 16 de janeiro, o governador informou que o estado estava adotando medidas para aumentar a produção de água no Sistema Guarapiranga. Além disso, ele apontou também que o Sistema Alto Tietê passaria a receber água do rio Guaratuba (que nasce na Serra do Mar e deságua na cidade de Bertioga), aumentando em 500 litros por segundo a vazão para o sistema. Na ocasião, Alckmin amenizou a existência de racionamento, alegando existir uma “restrição hídrica” por parte da ANA no Sistema Cantareira³⁶.

A ANA e o DAEE determinaram que o limite de retirada do Sistema Equivalente do Cantareira para o mês de janeiro daquele ano seria de 22,9 milhões de metros cúbicos³⁷. Em ofício ao DAEE, a agência manifestou preocupação quanto ao planejamento da operação do sistema e reforçou que era necessário que a SABESP elaborasse um plano operacional de curto e médio prazos, utilizando previsões conservadoras. Entre os argumentos, a ANA

ressaltou que a SABESP utilizou previsões de vazão muito acima daquelas verificadas, correspondendo a uma diferença de 117 milhões de metros cúbicos a menos do que havia sido planejado para outubro, novembro e dezembro de 2014^{38, 39}.

Em 22 de janeiro, as regiões da capital que estavam sendo abastecidas por água do Sistema Alto Tietê voltaram a ser atendidas exclusivamente pelo Sistema Cantareira. O cálculo da SABESP previa que o Sistema Alto Tietê suportaria a distribuição interligada com o Cantareira até outubro. Contudo, essa estratégia estava levando o Sistema Alto Tietê ao colapso. Decidiu-se, assim, aumentar a transferência do Sistema Guarapiranga para o Cantareira⁴⁰.

No dia 24, o governo anunciou que o empreendimento para ligação entre as represas Jaguari (Rio de Janeiro), da bacia do rio Paraíba do Sul, e a de Atibainha (São Paulo), do Sistema Cantareira, passaria a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O investimento estava estimado em R\$ 830,5 milhões, e a obra seria executada pela SABESP.

No fim de janeiro, o nível de água no Sistema Cantareira era de 5,2% da capacidade. Diante desse quadro, a SABESP já manifestava a necessidade de utilizar a terceira cota da reserva técnica na represa de Atibainha, em Nazaré Paulista (SP). Mantendo a vazão de retirada de água, a previsão era de que a terceira cota desse volume morto acabaria em maio de 2015. Quando questionada sobre até que ponto seria possível retirar água do sistema sem afetar a qualidade, a SABESP não se manifestou⁴¹.

Ao mesmo tempo, Geraldo Alckmin, no dia 30 de janeiro, durante sua passagem por Brasília para pedir auxílio ao governo federal, negou que existiria um prazo para que São Paulo iniciasse rodízio severo no fornecimento de água e alegou que a possibilidade de restrição de abastecimento, com cinco dias por semana sem água, como anunciada pela SABESP, ainda era uma decisão “não tomada”⁴².

Fevereiro de 2015

No início de fevereiro, o governador de São Paulo apresentou um pacote de oito obras emergenciais. No caso do Sistema Cantareira, o Alto Tietê receberia água dos rios Grande e Guaratuba, além de captação de água do ribeirão Guaió e reversão do curso do rio Itatinga; para o Sistema Guarapiranga, foi anunciada a ligação do rio Alto-Juquiá-Guarapiranga, a do rio Capivari-Billings-Guarapiranga, a ampliação da transferência da Billings e a ampliação da capacidade de tratamento de água da Estação Alto da Boa Vista⁴³.

Em meados de fevereiro, o nível do Cantareira havia subido para 8,3% da capacidade total. Também foram registrados aumentos no nível dos demais reservatórios monitorados pela SABESP⁴⁴. Essa elevação do reservatório devido às chuvas, no entanto, não significou que a possibilidade de rodízio havia sido descartada, como fora anunciado pela companhia e desmentido algumas vezes pelo governador⁴⁵. Uma semana antes, o governo do estado já havia se posicionado em relação a criar um “gatilho” para acionar o racionamento de água a partir da definição pela SABESP de um nível mínimo de segurança do Sistema Cantareira para evitar o desabastecimento⁴⁶.

No dia 13 de fevereiro, uma notícia publicada na imprensa revelou que, no início do mês, a SABESP havia orientado seus funcionários da ouvidoria, por meio de uma cartilha, a registrar as reclamações por falta de água como “solicitação de informação”. O fato ocorreu durante o período de maior intensidade das medidas emergenciais adotadas, tais como a redução de pressão e o fechamento de 40% da rede de distribuição de água. É importante ressaltar que, a partir dos regis-

tros de reclamações, a empresa tem um prazo para solucionar o problema, sob fiscalização da ARSESP, e que o número de contestações é divulgado no relatório financeiro, distribuído a investidores e acionistas das bolsas de São Paulo e Nova York. Segundo o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo, a orientação representa uma “absoluta falta de transparência” e ainda demonstra “manipulação dos dados que são divulgados”, tanto para o mercado financeiro como para a população⁴⁷. Após a divulgação do caso, a SABESP alegou que essa orientação tinha sido um erro na cartilha.

Nesse período, ocorreu o aumento da demanda por água engarrafada, seguido pelo aumento dos preços desse produto no mercado. Da mesma forma, filtros e purificadores também apresentaram uma elevação dos preços registrados⁴⁸.

Março de 2015

O mês de março começou com o registro do maior nível de água no ano: 11,6% da capacidade do Sistema Cantareira. Isso porque os registros históricos dos níveis de chuva da Grande São Paulo indicavam que o mês de fevereiro de 2015 havia sido o mais chuvoso em 20 anos, com 322,4 milímetros de água acumulados⁴⁹. Esse volume, contudo, era insuficiente para amenizar a crise hídrica. A previsão, naquele momento, era de que, caso não ocorresse aumento das chuvas, o sistema secaria totalmente até setembro⁵⁰.

No dia 23 de março, o sistema registrava 12,9% em seu nível após 16 dias consecutivos de aumento de volume. Nessa medição, já foram consideradas as duas cotas dos volumes mortos. O nível dos demais reservatórios utilizados pela SABESP também subiu⁵¹.

Diante do aumento das chuvas, a ANA avaliava propor limites intermediários para a exploração dos níveis dos reservatórios do Sistema Cantareira. A discussão sobre a renovação da outorga estava prevista para abril de 2015, e existia a expectativa de que essa proposta fizesse parte dos debates. A outorga concedida à SABESP, em 2004, deveria ter sido renovada em 2014, mas foi prorrogada para outubro de 2015.

Em um seminário sobre uso sustentável de água em Brasília, no dia 20 de março, o presidente da ANA, Vicente Andreu, afirmou que, até aquele momento, a situação hídrica do Sistema Cantareira permanecia crítica, e nenhuma medida tomada até então havia sido capaz de aliviá-la⁵². Na ocasião, ele defendeu que era preciso revisar a legislação no que diz respeito à maior distinção entre uso humano e consumo urbano. Apontou que a “população precisa dizer se às vezes prefere correr o risco de ter menos água e manter a atividade produtiva, ou ter gente enchendo a piscina e um conjunto de pessoas desempregadas”⁵³. Com essa afirmação, Vicente Andreu colocou em questão a definição na Lei Nacional de Recursos Hídricos de que, em situação de escassez, a priorização deve ser o consumo humano e a dessedentação de animais. Diante dessas declarações do presidente da ANA sobre a necessidade de manter as medidas tomadas até o momento para o enfrentamento da crise, o governador Geraldo Alckmin reagiu, acusando-o de “disseminar o pânico”⁵⁴.

Abril de 2015

Como anunciado por meteorologistas, em abril ocorreu redução da precipitação, e o nível do Cantareira caiu novamente, chegando a 15,4%⁵⁵. Em 13 de abril, a SABESP colocou em operação uma adutora de 2,1 km que liga o Rio Grande (braço da Billings) a bairros da Zona Sul de São Paulo. A obra custou R\$ 7,6

milhões. Cerca de 250 mil moradores de bairros como Balneário, São Francisco, Cidade Júlia, Eldorado, Jardim Apurá, Jardim Guacuri, Jardim Rubilene, Jardim Selma e Pedreira, antes atendidos pelo Sistema Guarapiranga, passaram a receber água do Rio Grande, que anteriormente abastecia somente as cidades de São Bernardo, Diadema e parte de Santo André⁵⁶.

Apesar de anunciada por Alckmin, a obra para ligar o reservatório do Sistema Rio Grande e socorrer o Alto Tietê, prevista para entrar em operação em maio, não havia nem mesmo sido iniciada no fim do mês de abril. Segundo informações da SABESP, ela seria finalizada somente em agosto⁵⁷. O governador, para minimizar o caso, alegou que o atraso se dava por culpa do processo de licenciamento ambiental⁵⁸.

O Ministério Público solicitou que a SABESP alterasse a forma de divulgação dos níveis do Sistema Cantareira e determinou que a empresa informasse o índice que mostra que está operando com “volume negativo”, sendo este obtido pela diferença entre o volume útil e a reserva técnica, dividida pela capacidade do volume útil. No dia 28 de abril, foi registrado o volume negativo de 9,2%⁵⁹.

São considerados 3 índices distintos:

- **Índice 1 = (Volume Armazenado)/(Volume Útil)**
- **Índice 2 = (Volume Armazenado)/(Volume Total)**
- **Índice 3 = (Volume Armazenado-Volume Reserva Técnica)/(Volume Útil)**

No dia 30, último dia do prazo, a SABESP informou que entregou ao DAEE o pedido de renovação da outorga do Sistema Cantareira⁶⁰.

Maio de 2015

O mês de maio iniciou-se com o Sistema Cantareira registrando o índice de 19,9%, considerando o cálculo com base na divisão do volume armazenado pelo volume útil. De acordo com os outros dois índices, que passaram a ser também divulgados após ação do Ministério Público, registraram-se 15,4%, considerando o volume total do sistema, e -9,3%, considerando o volume armazenado menos o volume da reserva técnica dividido pelo volume útil⁶¹. No dia 4 de maio, foi iniciada a obra de interligação dos Sistemas Rio Grande e Alto Tietê⁶². Jerson Kelman, presidente da SABESP, anunciou, no dia seguinte, o adiamento do restante das obras previstas para 2015. O atraso foi justificado pelo reajuste da tarifa autorizado pela ARSESP, de 15,2%, em vez dos 22,7% solicitados pela SABESP. Kelman ressaltou, também, que nenhuma das obras relacionadas à garantia hídrica seria afetada.

Antes da definição do reajuste, contudo, a SABESP já havia anunciado a redução em 55% dos investimentos em coleta e tratamento de esgoto em 2015. Ainda assim, estava previsto o pagamento de R\$ 252,3 milhões em dividendos para seus acionistas nas bolsas de São Paulo e Nova York.

CONTRATOS DE DEMANDA FIRME

A SABESP tinha cerca de 500 contratos premium com grandes consumidores de água, que iam desde condomínios residenciais, shoppings centers e indústrias, até hospitais e escolas, que recebiam descontos nas tarifas se atingissem um teto mínimo

de consumo. Caso não consumissem esse mínimo, perderiam seus descontos. São os chamados “contratos de demanda firme”, e sua lógica é inversa à aplicada ao bônus para o consumidor comum, indo na direção oposta ao combate à crise hídrica.

Aproximadamente metade dos grandes consumidores de água com contrato de demanda firme são atendidos pelo Cantareira com tarifas vantajosas. O consumo desse tipo de cliente caiu 25%, enquanto a população reduziu seu consumo em 45%. Após a aplicação de sobretaxa, muitos dos clientes de demanda firme alternaram suas fontes de captação de água (poços, caminhões-pipa etc.). Entre os diferentes setores, o setor automotivo reduziu o consumo mensal de água em 64% em um ano; o setor de alimentação, 26%; o hospitalar, 19%; os setores varejista e farmacêutico, 17,6%, e os condomínios comerciais (tais como os das avenidas Paulista e Berrini), 14,8%⁶³.

Segundo dados da própria SABESP, nos 16 novos acordos firmados em 2014, a demanda contratada foi de 120,695 milhões de litros de água. Contudo, o volume consumido de fato foi 550% maior. A SABESP seguiu assinando esse tipo de contrato, mesmo ao longo da crise hídrica e da instituição dos bônus de incentivo para os consumidores individuais. No final de outubro de 2015, quando o sistema estava perto de entrar na segunda cota do volume morto e a população aguardava a definição sobre a aplicação de racionamento na Região Metropolitana de São Paulo, a empresa firmou seu 16º contrato de 2014, que representava retirada de 14 milhões de litros a mais do Sistema Cantareira⁶⁴.

Apesar das solicitações de informação, por meio da Lei de Acesso à Informação, feitas pela agência de notícias A Pública com apoio da ARTIGO 19, a SABESP se negava a publicar os nomes de seus maiores clientes⁶⁵. É importante relatar que a companhia, mais uma vez, desobedeceu à determinação da Corregedoria Geral da Administração (CGA) de janeiro de 2015. Em fevereiro, o corregedor Gustavo Ungaro havia determinado a entrega dos contratos de demanda firme. Ele foi substituído do cargo um mês depois⁶⁶. A ARTIGO 19 e a agência A Pública conseguiram acesso aos contratos e os publicizaram em 22 de maio de 2015⁶⁷.

Mesmo estando aquém das expectativas da SABESP, a associação de consumidores Proteste acionou a Justiça para tentar barrar o reajuste de 15,24% na conta de água. A organização considerou “absurdo” o argumento de que a queda na demanda justificava o aumento da tarifa, pois a população havia sido estimulada a reduzir seu consumo em decorrência da grave crise hídrica⁶⁸.

Também em maio teve início o envolvimento do exército na questão da crise hídrica. Em 28 de abril, em uma palestra sobre planejamento e estratégia com a participação de acadêmicos e militares, o diretor metropolitano da SABESP, Paulo Massato Yoshimoto, declarou que a situação seria um “terror” caso as obras previstas para evitar o desabastecimento não ficassem prontas. Yoshimoto citou, ainda, o caso

de Itu, município no interior de São Paulo, que em 2014 enfrentou pelo menos 10 meses de racionamento de água, em que houve assaltos a carros-pipa e saques a estabelecimentos. Colocava-se, com isso, a questão da crise hídrica como uma questão de segurança. A SABESP foi procurada para explicar as falas de seu diretor, mas não se manifestou⁶⁹.

No dia 27 de maio, o Coletivo de Luta pela Água denunciou a ocupação por militares da sede central da SABESP. Segundo comunicado da empresa, a operação ocorreu como prevenção a uma eventual necessidade de ocupação em caso de “crise”. A definição deste termo, no entanto, não foi oficializada⁷⁰.

O Comitê de Crise Hídrica, formado por secretários estaduais de órgãos como a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), e por membros de universidades e da sociedade civil organizada, voltou a manifestar a possibilidade de instalação de rodízio com cinco dias sem água, para dois com abastecimento. Ainda não havia sido definido o “gatilho” para ativar a implantação do rodízio, mas a SSRH considerava premissas como chuvas e obras emergenciais⁷¹.

Não obstante, informações desconstruídas ainda permaneciam. Notícias do dia 13 de maio apontavam que as declarações de Jerson Kelman eram infundadas, pois acreditava-se que a implantação de rodízio se tratava de uma “hipótese remota”. Para isso, ele afirmava que seria necessário apenas manter a economia por parte da população e concluir as obras emergenciais dentro do prazo⁷².

No fim do mês, foi noticiado que, a partir de setembro, a SABESP teria de reduzir para 10 m³/s o volume de água captado no Sistema Cantareira. Essa redução representava 25,9% da vazão liberada até então para o abastecimento da população da Região Metropolitana de São Paulo. Essa decisão foi tomada pela ANA e pelo DAEE durante reunião na SSRH para definição da operação do Cantareira no período de junho a novembro⁷³.

Junho de 2015

O mês de junho começou com a conclusão da obra de ligação entre duas adutoras que permitia a transferência de 0,5 m³/s de água do Sistema Rio Claro para abastecimento da Zona Leste da cidade, reduzindo o uso do Sistema Cantareira⁷⁴.

Entretanto, a obra de transposição das represas Jaguari e Atibainha, uma das mais importantes para aliviar o Sistema Cantareira, teve previsão de atraso de três meses após o Tribunal de Contas do Estado (TCE) solicitar que o edital de licitação do projeto fosse refeito pela SABESP. A obra, orçada em R\$ 830 milhões, aguardava empréstimo por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a previsão de conclusão passou a ser fevereiro de 2017⁷⁵.

O governador de São Paulo havia anunciado, em fevereiro, que entregaria um plano de contingência no final do mês de junho. Com este, as prefeituras da Grande São Paulo poderiam, por exemplo, regular leis para multar o desperdício de água. Alckmin reafirmou o compromisso no dia 8 de junho, sem, contudo, apresentar o plano. O secretário de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Benedito Braga, acrescentou, na mesma data, que não existia expectativa de colocá-lo em funcionamento, a menos que houvesse uma situação extrema⁷⁶.

No mesmo dia, o governador justificou o aumento de 15,24% na conta de água, regulado pela ARSESP. Segundo ele, o reajuste foi necessário em decorrência do “aumento da conta de energia elétrica”. Na mesma ocasião, frisou que o bônus estaria mantido e ressaltou que o Estado de São Paulo foi o único do país a bonificar os consu-

midores que economizaram água durante o período de crise⁷⁷.

No dia 9 de junho, teve início a instalação de membranas na Estação de Tratamento de Água (ETA) Alto da Boa Vista, do Sistema Guarapiranga, para aumentar a produção em 1 m³/s, com o objetivo de abastecer cerca de 300 mil pessoas. O investimento foi de R\$ 42 milhões feito com recursos próprios da SABESP. Essa medida visava atender a parte da população que até aquele momento dependia do Sistema Cantareira⁷⁸.

No dia 10 de junho, foi aprovado o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava o contrato da SABESP com a prefeitura de São Paulo. No texto final, foi indicada a criação de uma agência reguladora para fiscalizar o contrato⁷⁹.

No dia 11 de junho, o ministro Luiz Fux, do STF, proferiu decisão que reconhecia a relação direta entre a escassez de recursos hídricos e o desmatamento. Os estados foram oficiados a estabelecer metas de recuperação florestal em áreas de preservação permanente acima da faixa estabelecida pelo atual Código Florestal. Luiz Fux, relator da ação civil (2536) movida pelo MPF e que apura as responsabilidades pela crise hídrica, determinou um prazo de dez dias para que os governadores do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentassem as diretrizes de recuperação de vegetação nativa^{80,81}.

No dia 12 de junho, a Justiça de São Paulo indeferiu o pedido de liminar apresentado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) contra o aumento da tarifa de água, definido em maio pela SABESP. A organização argumentava que o ajuste seria ilegal e, de acordo com sua diretora jurídica, não seria possível “onerar ainda mais” as indústrias⁸².

No dia 25 de junho, Geraldo Alckmin e Dilma Rousseff assinaram acordo de financiamento do BNDES para a obra de interligação das represas do Jaguari (Paraíba do Sul) e Atibainha (Sistema Cantareira). O investimento total previsto era de R\$ 830,5 milhões, sendo que R\$ 747 milhões viriam de financiamento do BNDES e R\$ 83 milhões, como contrapartida da SABESP⁸³.

No dia 29, foi entregue mais uma obra para a ampliação da vazão do Sistema Alto Tietê. Foram instalados 9 km de adutoras para ligar o rio Guaió, no trecho de Suzano, ao Sistema Alto Tietê. Após essa obra, a previsão era de que a vazão seria ampliada em 1 m³/s⁸⁴.

Julho de 2015

Mês tradicionalmente seco, julho começou com queda no nível do Sistema Cantareira. Mesmo após a estação chuvosa, apenas a primeira cota do volume morto havia sido recuperada, e o Cantareira registrava nível de 19,8%, cálculo feito com base na divisão do volume armazenado pelo volume útil de água. O segundo índice apontava 15,3% (volume armazenado dividido pelo volume total), e o terceiro índice foi de -9,4% (volume armazenado menos o volume da reserva técnica dividido pelo volume útil)⁸⁵.

O plano de contingência para a seca, que havia sido prometido pelo governador até o fim de junho, sofreu atraso na entrega, que foi postergada para julho. Segundo a SSRH, o texto havia sido consolidado no último dia do mês de junho⁸⁶.

No dia 7 de julho, foram divulgados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto de interligação dos reservatórios Jaguari e Atibainha. Foram previstas desapropriações em 5,45 hectares, dos quais 4,64 apenas em Santa Isabel, na região do Alto Tietê, localidade que abrigará as instalações para a captação de água do rio Jaguari, a estação elevatória e a subestação de energia. Foram realizadas duas audiências públicas no município (maio e junho) e

outras duas ocorreram nas cidades de Igaratá e Nazaré Paulista⁸⁷.

No dia 8, em audiência pública realizada no Senado, o governador de São Paulo afirmou que não existia risco de adoção de rodízio de água no estado. Ele apontou que, apesar da “maior seca da história”, o período seco previsto para aquele ano seria mais úmido. Segundo ele, em 2013, os institutos de pesquisa diziam que as chuvas seriam normais ou até mesmo acima da média, mas, devido a “mudanças climáticas e imprevisibilidade”, houve uma seca “duríssima”⁸⁸.

PREVISÃO DE CRISE

Em 2009, o então governador de São Paulo, José Serra, encomendou um estudo que contou com a participação de 200 especialistas e foi coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em que foi realizada uma projeção dos cenários ambientais nas décadas de 2010 e 2020. O estudo intitulado “Cenários Ambientais 2020” (SMA, 2013) foi elaborado com o objetivo de embasar um planejamento integrado para “direcionar a trajetória ambiental de São Paulo pela melhor rota possível”. Uma das previsões desse material era de que o Sistema Cantareira enfrentaria dificuldades em 2015.

O relatório destaca períodos extremos de chuvas em 2010 e 2011, seca em 2014 e que, “por volta de 2015” – como se a narrativa ocorresse em 2020, em um tempo futuro –, “a seca atingiu a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”. O estudo previa, também, que em algumas regiões do estado haveria “guerras por água”. As projeções apontam, ainda, a possibilidade de nova crise hídrica em 2018, ainda pior que a vivida em 2015, uma vez que, além das águas superficiais, as subterrâneas também seriam afetadas. Nesse cenário, caso sejam mantidas as percepções atuais de evolução, a ANA teria de disponibilizar técnicos para mediação de conflitos e prefeitos e vereadores teriam de restringir temporariamente algumas atividades econômicas de uso intensivo de água⁸⁹.

Mesmo diante do agravamento da crise hídrica vivida desde 2014, a SABESP anunciou que pretende manter a captação máxima de 33 m³/s, concedida por outorga desde 2004⁹⁰. Vale lembrar que esse impasse fez com que as negociações para a concessão de nova outorga, que deveriam ter ocorrido em 2014, fossem adiadas. A região do PCJ (Piracicaba, Capivari, Jundiaí) também queria ampliar sua captação devido ao aumento da demanda.

Em relação à economia de água, a SABESP divulgou que, até o dia 14, 83% dos usuários haviam reduzido seu consumo na Região Metropolitana de São Paulo. Isso corresponde, segundo a empresa, a 6 m³/s de água, o que seria suficiente para abastecer durante um mês a população de Campinas e São Bernardo do Campo, por exemplo. Desses 83% economizados, 73% efetivamente ganharam bônus, pois os 10% restantes, apesar da economia, não atingiram a taxa suficiente para obtê-lo⁹¹.

Diante da questão financeira da SABESP, a empresa anunciou a venda de imóveis para arrecadação de recursos no curto prazo. Além disso, ela abriu um “feirão” para que os devedores pudessem renegociar seus débitos⁹².

No dia 21, foram entregues, pelo governo do estado, três reservatórios de água: em Embu-Guaçu, Embu das Artes e São Bernardo. Este último tem capacidade para duplicar o armazenamento de água da cidade. O investimento total nos três reservatórios foi de R\$ 9,6 milhões⁹³.

Foi no mês de julho que o promotor de justiça do Ministério Público Estadual, Ricardo Manuel Castro, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), solicitou a suspensão da obra de transposição de água da Billings para o Alto Tietê por irregularidades no processo, uma vez que ela estava sendo licenciada com um Estudo Ambiental Simplificado (EAS), e não por meio de um Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que é uma análise mais completa, como deveria ocorrer. Esse pedido foi negado pelo juiz Luís Manoel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contudo, foram cobradas explicações dos órgãos do governo envolvidos⁹⁵.

CRISE HÍDRICA E HIPEREPIDEMIA

Em evento realizado em maio de 2014 na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), dados divulgados pela Divisão de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar, vinculada à Secretaria Estadual da Saúde, apontam para uma hiperepidemia de diarreia aguda em 2014. Segundo o órgão, foram registrados 315 mil casos da doença no estado naquele ano, uma média de 863 ocorrências por dia. Trata-se de uma doença que dura de dois a 14 dias, causando desidratação, febre e cólicas. O pico de casos registrados foi observado no mês de fevereiro, quando o índice superou em 70% a média de ocorrências para o período – foram 34 mil ante os 20 mil calculados entre 2008 e 2013. Só na capital, foram 9.900 registros na sétima semana do ano, o que representa mais que o dobro (110%) da média do período, que é de aproximadamente 4.700 ocorrências.

Naquele mês, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) lançou o programa de bônus para estimular a economia e iniciou o racionamento de água noturno, por meio da redução da pressão nas tubulações, com o objetivo de diminuir a produção do Sistema Cantareira, que já estava em situação crítica. A manobra provocou cortes no abastecimento e expôs a rede pública ao risco de contaminação por infiltração do lençol freático. Eliana Suzuki, diretora da divisão que promoveu o evento, relacionou a evolução da doença ao problema de falta d’água. Em nota divulgada no dia 24 de julho, contudo, a secretaria informou que os dados “são preliminares” e que “qualquer conclusão é precipitada, alarmista e pode levar a um pânico desnecessário”⁹⁴.

Agosto de 2015

No dia 18 de agosto, o governo de Geraldo Alckmin publicou uma portaria do DAEE⁹⁶, no Diário Oficial do Estado⁹⁷, na qual reconheceu oficialmente, PELA PRIMEIRA VEZ, que a situação hídrica na cidade de São Paulo era crítica e que existia risco para o abastecimento público. Nesse documento, foi definido que “ações de caráter especial deveriam ser adotadas”, sem especificar exatamente quais seriam essas ações.

Nos dias 20 e 21 de agosto, o Ministério Público de São Paulo, o Ministério Público Federal, o Ministério Público de Contas e a Defensoria Pública promoveram audiência pública para ouvir a população com o intuito de produzir provas para dez inquéritos que apuram se estariam ocorrendo racionamento de água, impactos sobre a saúde devido à degradação da qualidade da água, legalidade das obras emergenciais, previsibilidade da crise e suficiência das medidas adotadas pelo governo de Geraldo Alckmin⁹⁸. Foram colhidos 80 depoimentos ao longo dos dois dias, que foram integrados aos procedimentos investigatórios instaurados.

No dia 24 de agosto, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo determinou diligências em obras da SABESP que tinham por objetivo o enfrentamento da crise hídrica. Tais obras foram autorizadas sob regime de emergência, o que exclui o processo normal de concorrência entre diferentes fornecedores. Segundo o órgão, esse tipo de regime só poderia ter sido utilizado pelo governo após o reconhecimento oficial de criticidade, o que ocorreu somente no dia 18 de agosto⁹⁹.

No dia 26 de agosto, o Conselho de Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou o EIA/RIMA da obra de interligação entre os reservatórios de Atibainha e Jaguari. Após essa aprovação, faltava apenas o aval da CETESB¹⁰⁰. Contudo, antes da autorização definitiva, o MPE-SP ameaçou processar criminalmente os integrantes do conselho caso eles permitissem que as obras da SABESP driblassem o processo de licenciamento ambiental convencional. A SSRH solicitou ao CONSEMA um “rito especial” para aprovação de cinco obras. Para o promotor Ricardo Manuel Castro, o objetivo do governo era tentar corrigir o fato de que as obras haviam sido iniciadas sem o licenciamento correto¹⁰¹.

O TCE culpou o governo do estado pela crise hídrica, que avaliou ter sido provocada por “falta de planejamento das ações da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos”, apesar dos alertas feitos desde 2004, conforme aponta relatório da instituição. No período, o estado foi governado pelos tucanos Geraldo Alckmin, José Serra, Alberto Goldman e Cláudio Lembo (DEM).

Segundo o relatório que analisou as contas de Alckmin em 2014, aprovadas com ressalvas pelo TCE, “medidas poderiam ter sido tomadas anteriormente para que a crise não chegasse ao ponto em que se encontra atualmente, ou pelo menos para que seus efeitos fossem minimizados”. O Tribunal cobrou a estruturação de um plano de contingência específico para eventuais riscos de escassez. O plano, prometido desde a criação do Comitê de Crise Hídrica, ainda não havia sido divulgado^{102,103}.

Quanto aos registros de nível de água no Sistema Cantareira, no mês de agosto foi apontada queda no nível de água. Esse índice foi de 15,9% (índice 1 – volume armazenado dividido pelo volume útil), 12,3% (índice 2 – volume armazenado dividido pelo volume total de água do Cantareira) e -13,4% (índice 3 – volume armazenado menos o volume da reserva técnica dividido pelo volume útil)¹⁰⁴.

Setembro de 2015

Em setembro, a SABESP divulgou o número de reclamações registradas desde janeiro de 2015. Os dados apontam aumento de 49% nos registros por falta de água. A pior situação foi anotada em São Mateus, Zona Leste de São Paulo, com aumento de 238% nas reclamações¹⁰⁵.

Até o dia 5 de setembro, era possível encontrar mais de 50 ações e processos do Ministério Público envolvendo a crise hídrica no Estado de São Paulo. Um dos inquéritos trata da possibilidade da contaminação da água, tornando-a imprópria para consumo e provocando doenças. Segundo relatos de moradores da região de Campinas, além dos já habituais cortes de água, quando esta voltou a ser fornecida, chegava à torneira com “mal cheiro”¹⁰⁶.

No dia 22 de setembro, foi anunciado que a Câmara dos Deputados iria premiar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, por seu trabalho à frente da SABESP. O Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação 2015 teria como meta reconhecer iniciativas que buscassem a melhoria da vida dos cidadãos. A indicação foi feita pelo deputado federal João Paulo Papa, do PSDB, mesmo partido de Alckmin, que justificou que a escolha não havia sido feita por razões políticas, mas sim técnicas^{107,108}. Grupos de luta pela água e organizações sociais mobilizaram-se contra a irônica proposta, mas, mesmo sob muitas críticas, o governador foi premiado. Ele enviou o secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga, para receber a homenagem em seu lugar.

Outubro de 2015

No dia 2 de outubro, como anunciado, o governador assinou o contrato para a captação de água do Paraíba do Sul por meio de obra de interligação das represas Jaguari e Atibainha. A previsão era de que a obra começasse em fevereiro e durasse cerca de um ano e meio¹⁰⁹. Com valor menor do que o previsto anteriormente, ela foi orçada em R\$ 555 milhões¹¹⁰.

No dia 8 de outubro, a obra de interligação dos Sistemas Rio Grande e Alto Tietê sofreu um embargo. A Secretaria de Meio Ambiente de Ribeirão Pires informou que ruas foram alagadas após o bombeamento na represa Billings. O caso exigiu que a prefeitura local e a SABESP se reunissem para firmar um acordo de redução do bombeamento de 4 m³/s para apenas 1 m³/s¹¹¹.

O promotor Ricardo Manuel Castro, do Gaema, disse em entrevista que esse problema apenas reforçava o que a ação judicial do Ministério Público já apontava: a necessidade de suspensão da obra de interligação da Billings ao Alto Tietê até que os Estudos de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) fossem realizados de forma adequada¹¹².

Quanto à outorga do Sistema Cantareira, pela segunda vez a ANA e o DAEE adiaram a entrega da proposta-guia sobre a renovação, alegando que a prorrogação havia sido solicitada pelos dois comitês de bacias envolvidos no processo (PCJ e Alto Tietê). A entrega estava agendada para o dia 9 de outubro, mas os órgãos estenderam o prazo para 15 de novembro. Dessa forma, a publicação da outorga, que estava prevista para 31 de outubro, foi adiada para 15 de dezembro¹¹³.

No dia 29 de outubro, em reunião sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, foi determinado novo prazo para a conclusão da proposta, que ficou agendado para maio de 2017¹¹⁹. Segundo o presidente da ANA, Vicente Andreu, a decisão permitirá que seja possível avaliar mais precisamente os impactos da variação das chuvas na bacia, com a observação dos próximos períodos chuvosos, além de ter mais tempo para realizar a discussão das propostas apresentadas pelos atores envolvidos na renovação¹²⁰.

O PRÊMIO E OS SIGILOS

No dia 13 de outubro, enquanto o secretário de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, Benedito Braga, recebia, em nome do governador Geraldo Alckmin, o Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação na Câmara dos Deputados, em Brasília, ONGs coordenadas pela Aliança Pela Água e o coletivo Luta pela Água apresentaram à Organização das Nações Unidas (ONU) um relatório pontuando diversas violações de direitos humanos. O documento aponta que ocorreu falta de planejamento para evitar ou minimizar os efeitos da escassez¹¹⁴, além de criticar a demora no reconhecimento oficial da gravidade da situação hídrica. A SSRH, em resposta, lançou nota acusando o relatório das organizações de ser um documento parcial, sem embasamento técnico e que foca somente um ente da Federação por um problema que atinge todo o país. Enquanto a SSRH criticava o relatório de violações de direitos humanos, o secretário Benedito Braga era vaiado na Câmara dos Deputados¹¹⁵.

Nesse mesmo dia, foi descoberto que muitos documentos da SABESP relacionados à gestão dos recursos hídricos tinham sido classificados como “secretos”¹¹⁶. Em plena crise hídrica, dados da rede de distribuição de água foram decretados sigilosos por 15 anos, sob a alegação de que a sua divulgação poderia colocar em risco a vida, a segurança e a saúde da população¹¹⁷.

Diante dessa evidente violação do direito ao acesso às informações públicas, o Ministério Público de São Paulo instaurou mais um inquérito para apurar as razões que levaram a SABESP a tornar sigilosas as informações sobre redes subterrâneas de água e esgoto. Em maio, já havia sido determinado sigilo sobre os projetos técnicos e a localização dos sistemas. Sob essas classificações, as informações só poderiam ser acessadas depois de 2030. Por meio de notas, a SABESP informou que o sigilo fora decretado para evitar sabotagem ou vandalismo nas redes. Essa classificação de documentos se deu uma semana após o secretário estadual de Transportes Metropolitanos revogar a decisão que classificava diversos documentos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e do Metrô como ultrassecretos (25 anos de sigilo)¹¹⁸.

Novembro de 2015

O mês de novembro começou com uma pesquisa do Datafolha apontando que apenas 15% da população da Cidade de São Paulo aprovava a atuação do governo do estado. Metade dos entrevistados classificou como ruim ou péssima a gestão de Alckmin em relação à crise hídrica¹²¹.

Em meados de novembro, noticiou-se que estavam sendo desrespeitados os limites estabelecidos para retirada de água do

braço da Billings interligado ao Sistema Guarapiranga. A denúncia apontava que a SABESP captava 40% a mais do que a vazão estabelecida. Segundo especialistas, a retirada do recurso acima do limite estabelecido pelas autoridades aumenta o risco de parte da água fortemente poluída da Billings ser transferida para o Guarapiranga, o que compromete a qualidade do que é distribuído para a população¹²².

No dia 19 de novembro, com cinco meses de atraso, o governo de São Paulo apresentou o plano de contingência contra a crise hídrica. Sua apresentação ocorreu durante uma reunião do Comitê de Crise Hídrica, da qual participaram somente seus membros. O plano continha uma classificação da situação em três níveis e definiu quais medidas seriam tomadas na ocasião de enquadramento em cada uma das situações de crise hídrica. Nos casos de pontos prioritários, foi estabelecido que o abastecimento seria realizado pela SABESP, e não por caminhões-pipa, como havia sido noticiado anteriormente, necessitando de obras para o prolongamento das redes. O plano detalha as ações necessárias em curto, médio e longo prazos, e poderá ser ativado pela SSRH quando forem constatadas as condições estabelecidas nos níveis de atuação de acordo com a classificação¹²³.

No dia 21 de novembro, quando se completavam 45 dias desde o lançamento do aplicativo “Tá Faltando Água” (mapa interativo desenvolvido pela Aliança pela Água, em que os cidadãos e as cidadãs podem registrar a falta de água nos locais em que se encontram), já haviam sido registradas mais de oito mil denúncias, sendo a maioria delas de áreas atendidas pelo Sistema Cantareira¹²⁴. O mês de novembro de 2015 foi o mais chuvoso na capital desde 1995, data de início das medições históricas. O volume de chuvas foi quase 71% superior à média para o mês¹²⁵. Apesar disso, não se deixou de usar a reserva técnica¹²⁶.

Dezembro de 2015

No dia 10 de dezembro, o Superior Tribunal Federal (STF) homologou um acordo firmado entre os governadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para que a gestão da água do rio Paraíba do Sul fosse compartilhada entre as três unidades federativas e definiu que a prioridade do uso da água seria para abastecimento e consumo da população, e não mais para a geração de energia hidrelétrica¹²⁷. Devido à autorização de aumento de captação de água do Sistema Alto Tietê no início da crise hídrica do Sistema Cantareira, o Ministério Público de São Paulo moveu uma ação civil pública por improbidade administrativa contra seis funcionários do DAEE e três da SABESP. Segundo o MP, os alvos da ação eram conscientes de que os reservatórios do Alto Tietê não tinham condições técnicas para suportar a captação à qual foram submetidos. Junto com a estiagem no mês de dezembro, o sistema registrava 19,9% de sua capacidade, índice mais baixo entre os seis sistemas que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo¹²⁸.

Em meados de dezembro, a SABESP informou que iria aumentar a captação do Cantareira para reduzir o racionamento durante as festas de fim de ano. A ANA e o DAEE aceitaram o pedido da empresa e autorizaram a captação de 15 m³/s¹²⁹. Já no dia 23, a empresa de distribuição de água anunciou que pretendia prorrogar a concessão de descontos na conta, mas que essa medida seria “endurecida” em 2016. A aplicação de multas (ou sobretaxa) para quem aumentasse o consumo também seria mantida. O pedido de prorrogação da política de bônus e sobretaxa foi feito à AR-SESP, pois os anteriores venceriam em 31 de dezembro de 2015¹³⁰.

No dia 30 de dezembro, devido às chuvas intensas que atin-

giram a região, os reservatórios do Sistema Cantareira registravam um índice de 29,3% e marcavam a recuperação da reserva técnica¹³¹. A ANA divulgou dados que mostravam que, caso a SABESP tivesse mantido o mesmo nível de retirada de água que aquele registrado em 2014, o sistema teria perdido 34 bilhões de litros, ao invés de ter acumulado 220 bilhões. Com as medidas adotadas, houve redução de 40% da retirada de água, comparando-se com 2014¹³².

Janeiro de 2016

Com análises do ano de 2015, resultados mostraram que as chuvas estiveram 5% acima da média histórica. Contudo, a situação ainda não era confortável, e especialistas seguiam alertando que, caso fosse mantido o ritmo de recuperação, seriam necessários ainda quatro anos para ter os reservatórios cheios¹³³.

O alto índice de chuvas, apesar de ajudar a elevar o nível dos reservatórios que atendem à Região Metropolitana de São Paulo, preocuparam os moradores do entorno da represa de Guarapiranga. Isso porque, entre os dias 28 de dezembro e 2 de janeiro, as comportas para o rio Pinheiros foram abertas. A SABESP informou que se tratava de rotina operacional de segurança após o período de grande índice de precipitação. Mesmo com os meios de comunicação alertando sobre a necessidade de continuar economizando água, já que a crise ainda não havia acabado, o consumo cresceu como consequência do aumento das chuvas e dos níveis de reservatório¹³⁴.

Não só a população passou a utilizar mais água, inclusive com aumento do número de clientes que pagaram sobretaxa, como a própria SABESP solicitou à ANA e ao DAEE a ampliação da retirada de água do Sistema Cantareira para 19,5 m³/s, sendo que até o momento retiravam-se 15 m³/s^{135,136}. Esse aumento representava 30% da captação¹³⁷.

No dia 15 de janeiro, a ANA negou o pedido da SABESP de aumentar a retirada do sistema. Caso fosse aprovado, esse incremento solicitado pela companhia representaria elevação de vazão em 78% em relação a janeiro de 2016 e de 60% em relação a dezembro de 2015. O DAEE e a ANA já haviam autorizado um aumento excepcional de retiradas em dezembro, a pedido da SABESP, para atender à demanda das festas de fim de ano. A contraproposta da ANA foi amplificar a vazão da estação elevatória de Santa Inês. Dessa forma, na elevatória, o aumento seria de 44% em relação ao autorizado para janeiro e de 30% em relação a dezembro¹³⁸.

Fevereiro de 2016

Com as altas dos níveis dos reservatórios e com um intenso período chuvoso, o Cantareira voltou a ser o principal sistema produtor de água da Grande São Paulo^{139,140}. Apesar de não estar mais utilizando os volumes mortos dos reservatórios, a SABESP propôs anexar definitivamente essas reservas à capacidade operacional do sistema. Essa medida, defendida pelo presidente da companhia, Jerson Kelman, foi fortemente criticada pelo Ministério Público de São Paulo. Segundo o MP, essa estratégia aumentaria ainda mais o risco de desabastecimento generalizado, pois normatizaria uma medida “extremamente excepcional” – o uso dos volumes mortos¹⁴¹.

O presidente da ANA, Vicente Andreu, também se mostrou contrário à proposta e informou que já estudava a possibilidade de cancelar a autorização que permitiu o uso emergencial das reservas técnicas entre 2014 e 2015¹⁴². Ele apontou, ainda, que qualquer regra de operação de um reservatório deve ser realizada para gerar segurança hídrica e não pode estar vinculada a

interesses comerciais e financeiros de usuários, como, no caso, os interesses da SABESP.

No dia 16 de fevereiro, iniciou-se a obra para a interligação da represa Jaguari, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, até a de Atibaína, no Sistema Cantareira. Com essa medida, o governo quis aumentar a segurança hídrica do sistema. Vale destacar que, mesmo com o aumento de vazão e dos níveis dos reservatórios do Cantareira, as bacias do PCJ continuaram recebendo um reduzido volume do sistema¹⁴³. Posto isso, é necessário lembrar que a renovação da outorga em 2004 já determinava que a Região Metropolitana de São Paulo deveria buscar fontes alternativas de abastecimento e reduzir sua dependência do Cantareira. Essa medida ocorreu após o terceiro adiamento (para 2017) da renovação da outorga.

É importante lembrar, também, que, mesmo com a sensação de fim de crise hídrica que incentivou o maior consumo de água pela SABESP e por parte da população, o aumento do nível do Cantareira ainda não era suficiente para que os reservatórios recuperassem o volume que estava armazenado em 2013. Em fevereiro de 2016, a represa acumulava 364 milhões de metros cúbicos a menos que em 2013, e a tendência histórica aponta para a queda no nível do sistema¹⁴⁴.

CRISE ACABA, RECLAMAÇÕES AUMENTAM

Com base em dados obtidos da SABESP, por meio da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), a organização Fiquem Sabendo publicou que, em relação ao mesmo período de 2014, o quarto trimestre de 2015 apresentou redução de 57% no número de reclamações por falta de água. Contudo, houve alguns distritos da capital que apresentaram aumento de reclamações de 2014 para 2015, tais como: Santana, Freguesia do Ó, São Miguel Paulista, Itaquera, Butantã, Mooca, Ipiranga, Sé, Jardins, Vila Mariana e São Mateus¹⁴⁵. Ao comparar com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de 2010 para o município de São Paulo, publicado pela Fundação Seade, é possível notar que muitos dos bairros que apresentam aumento no número de reclamações possuem casos de vulnerabilidade social média, alta e muito alta.

No dia 20 de fevereiro, o Sistema Cantareira operava com 48,9% de sua capacidade. É importante destacar que, antes da estiagem que iniciou a crise hídrica na região Sudeste em 2012, o sistema operava com 48% de sua capacidade nessa mesma época, e com 67% em 2011.^{146, 147}

No dia 7 de março, o governador anunciou que a questão da água “estava resolvida”, justificando que o Sistema Cantareira estava com quase 60% de sua capacidade¹⁴⁸. Para entender que nível é esse ao qual o governador se referia, serão apresentados, no quadro 1, os volumes observados pelo índice 1 desde 1º de março de 2013 até 1º de março de 2016 para o Sistema Cantareira.

Vale relembrar que, a partir abril de 2015, por obrigação judicial, a SABESP passou a informar não apenas o índice de nível do Sistema Cantareira com base no total armazenado dividido pelo volume útil (índice 1), mas também os outros dois índices (sendo

o índice 2 o volume armazenado dividido pelo volume total, e o índice 3, o volume armazenado menos a reserva técnica dividido pelo volume útil). O volume de quase 60%, indicado pelo governador, portanto, referia-se ao índice 1, que contabiliza os volumes de água das reservas técnicas (atualmente, sem permissão de captação pelos órgãos reguladores) dividido pelo volume útil do reservatório. O índice 2, para a data de 1º de março de 2016, indicava que o armazenamento era de 41,2%, e o índice 3, de 24,0%. O gráfico 1, elaborado a partir dos dados da SABESP, mostra um período de tempo maior, permitindo visualizar que o volume de água armazenado ainda é preocupante.

A comparação dos volumes armazenados em cada mês dos anos destacados mostra que foi possível recuperar apenas os volumes registrados no período anterior à crise. Ainda de acordo com os dados da SABESP, em 1º de março de 2012, o volume registrado era de 76,4%; em 2011, de 87,7%; e em 2010, de 94,1%.

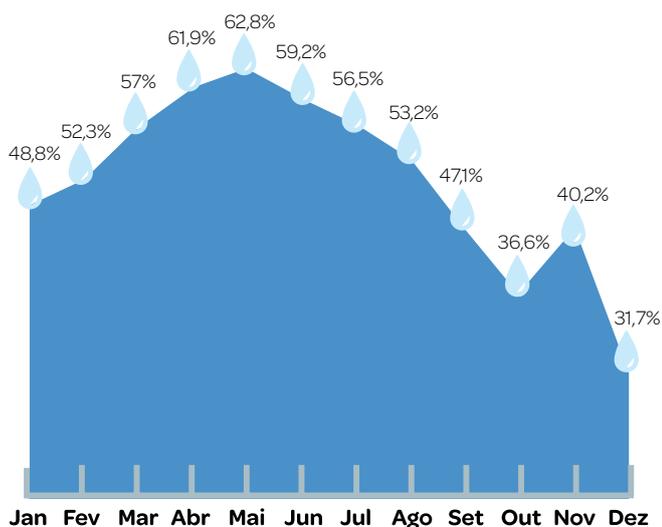
Vale destacar que organizações da sociedade civil, tais como a Aliança pela Água e o Coletivo de Luta pela Água, entre outros, posicionaram-se contrariamente ao anúncio do governador sobre o fim da crise hídrica. Em nota publicada no dia 8 de março, o Coletivo de Luta pela Água destacou que, apesar do anúncio sobre o fim da crise por parte do governo, as medidas de cortes de água para algumas regiões ainda ocorriam, além de não terem sido observadas mudanças na gestão hídrica¹⁴⁹. Já a Aliança pela Água, em nota publicada no mesmo dia, apontou que o anúncio contribuía para diminuir “a já frágil resiliência da Grande São Paulo para enfrentar novas crises” e agrava ainda mais o quadro de insegurança hídrica na região, resultante de um modelo de ocupação do território e das opções históricas de usos da água que não apresentam novas formas de gestão¹⁵⁰. No mesmo mês, a organização Fiquem Sabendo publicou uma análise de dados que aponta que, na Zona Leste de São Paulo, ocorreu um aumento de 43% no número de reclamações por falta de água, enquanto em outros bairros do município o número de registros caiu. O agravante dessa situação é que, ao cruzar os dados de falta de água com incidência de casos de dengue, a organização percebeu que existe forte relação entre elas, possivelmente devido ao armazenamento irregular de água¹⁵¹.

Nos dias 12 e 13 de março, foi observada nova alta no nível dos reservatórios de todos os sistemas que atendem à Região Metropolitana de São Paulo devido a chuvas intensas, que chegaram a provocar alagamentos em diversas regiões da Grande São Paulo. Em virtude da anormalidade da intensidade de chuvas, a SABESP realizou a abertura das comportas da represa Paiva Castro, entre os municípios de Mairiporã e Franco da Rocha, para evitar rompimento da barragem. Dezoito pessoas morreram devido aos alagamentos, e, até a conclusão deste estudo, 11 pessoas estavam desaparecidas. A maior parte das vítimas estava concentrada na região afetada pela abertura das comportas. Segundo a SABESP, os alagamentos teriam sido mais intensos caso não houvesse a barragem^{152, 153}.

Quadro 1. VOLUMES REGISTRADOS NO SISTEMA CANTAREIRA CONSIDERANDO APENAS O ÍNDICE 1

1º dia do mês/2013 Volume registrado no Sistema Cantareira

2013



1º dia do mês/2014 Volume registrado no Sistema Cantareira

2014



1º dia do mês/2015 Volume registrado no Sistema Cantareira

2015



1º dia do mês/2016 Volume registrado no Sistema Cantareira

2016

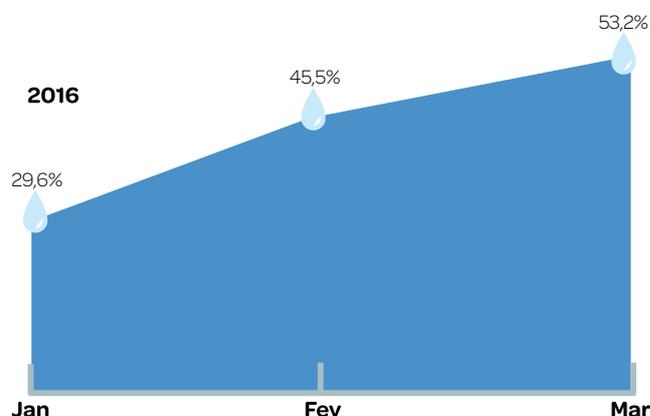
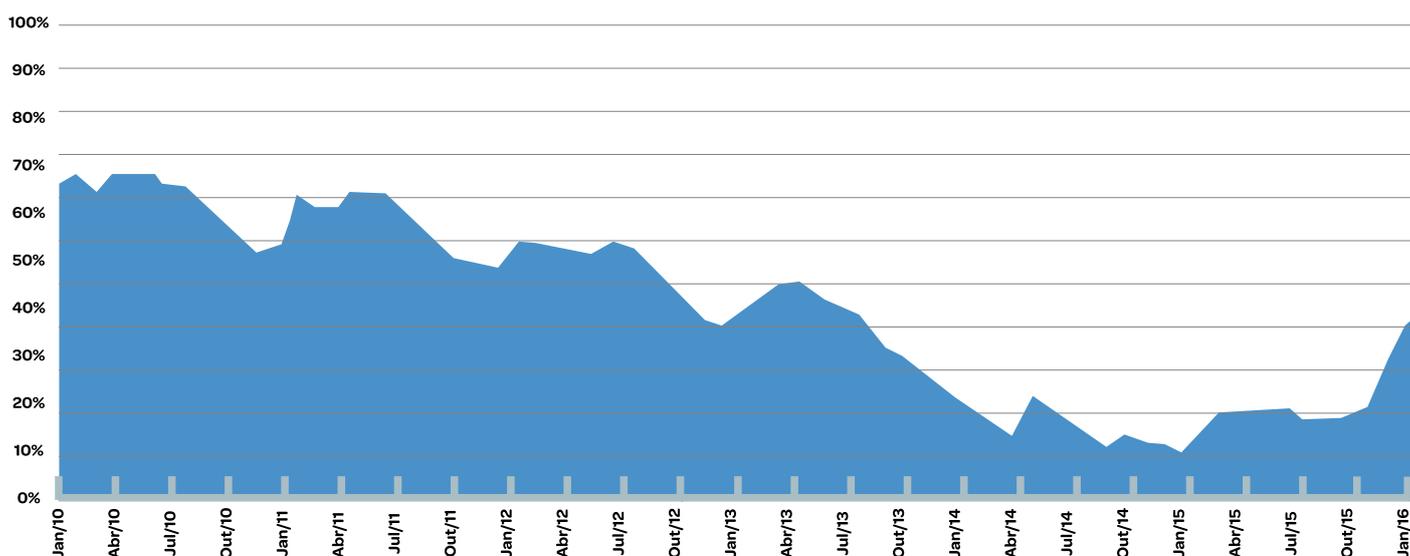


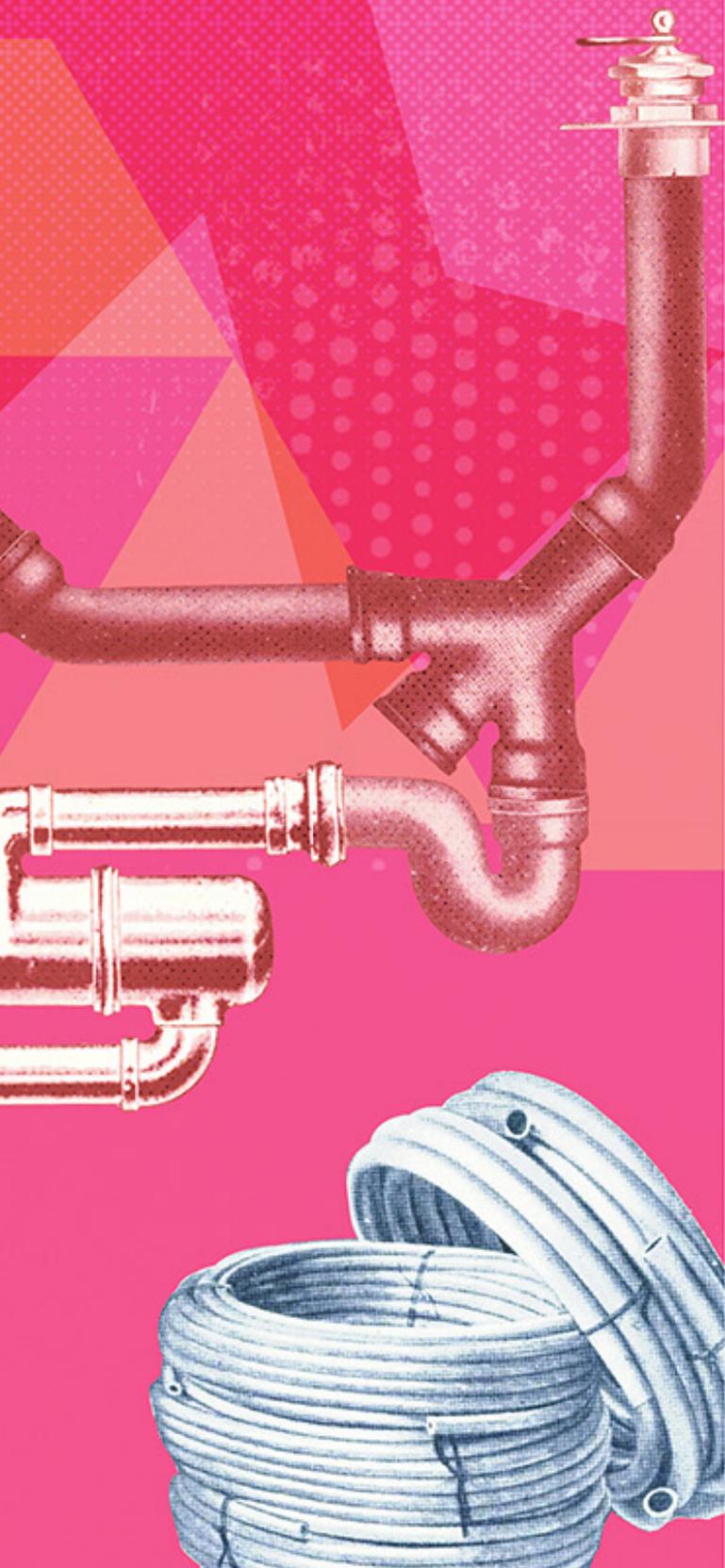
Gráfico 1. VOLUME DE ÁGUA ARMAZENADO NO SISTEMA CANTAREIRA ENTRE 1º DE JANEIRO DE 2010 E 1º DE MARÇO DE 2016, DE ACORDO COM O ÍNDICE 1 (que considera o volume de água da Reserva Técnica)



a. 1ª Reserva Técnica entra em operação em 16/05/2014 b. 2ª Reserva Técnica entra em operação em 24/10/2014 c. Até dia 16/03/2015, a SABESP divulgava apenas o volume armazenado de forma percentual do Volume Útil; a partir desta data, passa a considerar também o índice 2 que divide o volume armazenado pela

capacidade total dos reservatórios. d. Em 16/04/2015, como resultado da liminar concedida pela Justiça após pedido do MP, a SABESP passa a apresentar o terceiro índice de volume que considera a diferença do volume armazenado e volume da Reserva Técnica, dividida pelo volume útil. **Fonte:** SABESP

ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO



A Constituição Federal Brasileira assegura a todas e todos o DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, ou seja, o direito de receber das autoridades públicas informações de seu interesse. Todos têm direito de buscar, receber e difundir informações e ideias sobre meio ambiente, educação, saúde, moradia, cultura.

Nas questões ambientais, todos poderão ter acesso adequado às informações em poder das autoridades públicas, o que inclui dados, materiais e informações sobre atividades que oferecem perigo às suas comunidades, licenças e estudos de impactos ambientais, redução de impactos, informações sobre o sistema de distribuição de água e esgoto, assim como a oportunidade de participar dos processos de tomadas de decisões. O acesso à água é fundamental para a vida no planeta. Ela tem uma importância vital não apenas para a proteção dos direitos humanos – como o direito à vida, à saúde, à dignidade, a um meio ambiente saudável, à alimentação e ao trabalho –, mas também para assegurar a justiça social e proteger a identidade e a diversidade cultural, a igualdade e a paz.

Embora os direitos à água e ao saneamento sejam garantidos pelas normas internacionais como direitos humanos juridicamente vinculantes, muito ainda precisa ser feito para assegurar que eles sejam postos em prática tanto em patamar internacional como regional e nacional.

Os problemas de acesso à água e aos serviços de saneamento ainda afetam de maneira desigual as populações, em especial das grandes cidades e das regiões metropolitanas (JACOBI, 2006; GALVÃO JUNIOR, 2009). A dinâmica da urbanização produziu um ambiente segregado e altamente degradado, que prejudica a qualidade de vida da população, consolidando os espaços que separam social, cultural e economicamente os mais ricos dos mais pobres. A falta de acesso ao saneamento básico, por exemplo, afeta muito mais moradores de loteamentos irregulares e favelas. A poluição direta nos corpos hídricos também é mais presente na vida daqueles que são obrigados a viver nos locais mais degradados dos espaços urbanos (JACOBI, 2006).

É por isso que, mesmo antes da Lei de Acesso à Informação, já havia legislações que garantiam o acesso à informação ambiental. É o caso, por exemplo, da Lei nº 10.650/2003, que trata do “acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”.

A Constituição Federal Brasileira também versa sobre o assunto quando trata dos princípios da publicidade, do direito à informação, das formas de participação social, de gestão da documentação governamental e das disposições de consulta. A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, vem para regular o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal, no inciso XXXIII, do Capítulo I, sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, dispondo que: todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988)

Especificamente, no que se refere à gestão dos recursos hídricos, a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997, também estabelece a gestão realizada com participação pública, descentralização político-administrativa e transparência no acesso às informações. Elaborado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde, o termo de referência para elaboração dos planos municipais de saneamento básico também prevê em ampla participação social e acesso e difusão de informação¹⁵⁴.

Nesse sentido, diversos estudos (EMPINOTTI et al, 2014) e o relatório publicado pela organização ARTIGO 19, em 2014¹⁵⁵, expõem as muitas dificuldades para a efetiva aplicação das leis que garantem o acesso à informação, dificultando o acesso a dados necessários para a participação social e para a garantia do acesso à água e ao saneamento.

No estudo de caso “Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo – a falta de transparência no acesso à informação”, produzido pela ARTIGO 19 em 2014, verificou-se que não existia transparência satisfatória nos dados e nas informações produzidos pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão hídrica, em especial sobre a gravidade da crise da água que a população da Região Metropolitana de São Paulo enfrentava à época. Foram pesquisados 11 sites públicos, dos quais quatro apresentaram “nenhuma transparência”, dois apresentaram “baixa transparência” e cinco apresentaram “média transparência”. Já os pedidos de informação realizados mostraram que, além de respostas insatisfatórias (cerca de 26%), muitos dos pedidos não foram atendidos (aproximadamente 35%) (ARTIGO 19, 2014).

A ARTIGO 19 defende que o nível adequado de transparência não pode ser determinado apenas de acordo com a disponibilidade de informações (ou falta delas) sobre um tema específico, mas, acima de tudo, pela facilidade de acesso, pela compreensibilidade e pela usabilidade da informação (ARTIGO 19, 2014).

O presente estudo é uma continuidade do relatório de 2014 e buscou analisar a disponibilidade e a qualidade das informações em sites de órgãos públicos relacionados à gestão da crise hídrica. Foram também elaborados e protocolados pedidos de informação aos órgãos e instituições públicas para avaliar a efetividade e a qualidade das respostas. Como base, foi utilizada a Lei de Acesso à Informação (LAI) e aplicada a mesma metodologia do estudo de caso “Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo – a falta de transparência no acesso à informação”, de 2014. Ao final, será apresentado e discutido um quadro atual sobre a transparência no acesso às informações da crise hídrica no Sistema Cantareira, evidenciando melhorias e retrocessos dos órgãos, por comparação ao estudo anterior.

Transparência Ativa: Análise das Informações dos Sites Oficiais

A transparência ativa é o dever de entidades e órgãos públicos de divulgar de forma espontânea informações de interesse público produzidas ou mantidas por eles em local físico de fácil acesso e via internet. O artigo 8º da LAI, no qual se baseia a avaliação da transparência ativa, afirma que é “dever dos órgãos e entidades públicas promover, independente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas e custodiadas.”

A análise qualitativa da transparência ativa utilizada neste estudo empregou o mesmo método da análise de 2014 (ARTIGO 19, 2014), baseada em três critérios: acessibilidade, qualidade e compreensibilidade da informação. O detalhamento da análise poderá ser conferido no documento de apoio¹⁵⁶.

De acordo com as condições de acesso e divulgação das informações, a transparência foi classificada em: “nenhuma transparência”, “baixa transparência”, “média transparência” e “alta transparência”.

O resultado da análise pode ser conferido na Tabela 2.

Tabela 2. ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA NO ACESSO À INFORMAÇÃO

SOBRE A CRISE DA ÁGUA EM SÃO PAULO

SÍTIO DA INSTITUIÇÃO	TIPO DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA			GRAU DE TRANSPARÊNCIA	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
		CRITÉRIO 1 Acessibilidade	CRITÉRIO 2 Qualidade	CRITÉRIO 3 Compreensibilidade		
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✗	✗	✗	Nenhuma	Na página do governo do estado é necessário usar um buscador de palavras chave que direciona o resultado para notícias e fotos.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✗	✓		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✗	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✗	✓		
SABESP	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✓	Baixa	O site apresenta informações sobre o nível dos reservatórios e sobre as tarifas (incluindo sobretaxa). As declarações emitidas pelo órgão não são facilmente encontradas em sua página.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✓	✓	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✗	Nenhuma	Possui links que redirecionam para as páginas da SABESP e do DAEE. Não foi localizado campo para buscar palavras-chave.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✗	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✓	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✗	✗	✗		
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✗	Média	O site da ANA fornece acesso rápido à sala de crise, que disponibiliza dados e informações referentes ao Cantareira.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✓	✓		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✓	✓	✗		
	• Estudos sobre o tema	✓	✓	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✗		

SÍTIO DA INSTITUIÇÃO	ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA			GRAU DE TRANSPARÊNCIA	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES	
	TIPO DE INFORMAÇÃO	CRITÉRIO 1 Acessibilidade	CRITÉRIO 2 Qualidade			CRITÉRIO 3 Compreensibilidade
DEPART. DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✗	Baixa	Possui informações sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira e das outorgas de retirada de água no período de crise. Notas conjuntas com ANA.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✓	✓		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✗	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✓	Alta	Possui informações dos inquéritos civis e das ações civis públicas na página do Grupo de Estudos Estratégico sobre água criado em junho de 2014.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✓	✓		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✓	✓	✓		
	• Estudos sobre o tema	✗	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✓	Alta	O site do Ministério Público fornece informações sobre ações e petições relacionadas ao tema, bem como boletins e atas das audiências sobre a crise hídrica realizados em fevereiro de 2015.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✓	✓		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✓	✓		
	• Estudos sobre o tema	✓	✓	✓		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✗	Alta	Apresenta documentos e informativos sobre a situação do Cantareira, disponibiliza documentos dos sites da ANA e do DAEE, além de documentos técnicos. Há atas e deliberações do comitê.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✓	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✓	✓	✓		
	• Estudos sobre o tema	✓	✓	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		

ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA						
SÍTIO DA INSTITUIÇÃO	TIPO DE INFORMAÇÃO	CRITÉRIO 1 Acessibilidade	CRITÉRIO 2 Qualidade	CRITÉRIO 3 Compreensibilidade	GRAU DE TRANSPARÊNCIA	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA ALTO TIETÊ	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✗	✗	Média	Apresenta notícias sobre o tema e informações a respeito do abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (além do Cantareira).
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✗	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✓	✓	✓		
	• Estudos sobre o tema	✗	✓	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✗	✗	✗	Baixa	Apresenta apenas notícias, em quadro que é atualizado com as informações mais recentes sobre a prorrogação do bônus e a tarifa de contingência.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✗	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✓	✓		
	• Estudos sobre o tema	✗	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✗	Média	Apresenta documentos sobre a outorga do sistema e informações técnicas, como monitoramento da qualidade das águas etc. O sistema de buscas facilita encontrar as informações relacionadas ao tema.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✗	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✓	✓	✓		
	• Estudos sobre o tema	✓	✓	✓		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✗		
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✗	✗	✗	Baixa	Apesar de não ser de responsabilidade da prefeitura regular os serviços de saneamento e abastecimento de água, não foram encontradas informações ou notícias sobre o tema na página inicial da prefeitura, apenas ao utilizar as caixas de busca é possível acessar notas, notícias e posicionamentos desta em relação à situação.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✓	✓	✓		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✗	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✗	✗	✗		

SÍTIO DA INSTITUIÇÃO	TIPO DE INFORMAÇÃO	ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA			GRAU DE TRANSPARÊNCIA	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
		CRITÉRIO 1 Acessibilidade	CRITÉRIO 2 Qualidade	CRITÉRIO 3 Compreensibilidade		
CETESB	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✓	✓	✓	Alta	A CETESB apresenta em sua página os relatórios de monitoramento de qualidade da água do Sistema Cantareira, atualizados mensalmente. Através do índice da CETESB, mesmo sem entender as informações técnicas, é possível identificar se os pontos monitorados apresentam ótima, boa, regular, ruim ou péssima qualidade de água.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✗	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✓	✓	✓		
	• Boletins de informação/notícias	✓	✓	✓		
CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	• Documentos/informativos técnicos, operacionais e de monitoramento	✗	✗	✗	Nenhuma	É possível identificar no site do CVS que este coordena o Programa de Controle da Qualidade d Água de Abastecimento Público (Proágua), contudo não indica onde é possível conferir as informações do programa e dos monitoramentos.
	• Notas, declarações e documentos oficiais	✗	✗	✗		
	• Atas/reuniões/deliberações e audiências	✗	✗	✗		
	• Estudos sobre o tema	✗	✗	✗		
	• Boletins de informação/notícias	✗	✗	✗		

Nos resultados da análise de transparência ativa, em relação à mesma análise realizada em 2014, foi possível verificar que alguns órgãos aumentaram a transparência de seus sites, tais como a própria SABESP, que passou a informar índices do volume dos reservatórios, o que permite maior compreensão sobre a situação do sistema. Como já apontado antes, esse aumento de transparência ocorreu após a atuação do Ministério Público.

O presente estudo seguiu os mesmos métodos e critérios de avaliação que a análise de 2014, mas foram acrescentados novos sites de órgãos públicos considerados importantes para o tema, como os da CETESB, da Prefeitura Municipal de São Paulo e do Centro de Vigilância Sanitária. Percebe-se uma clara melhoria em relação à transparência se observarmos que, na análise de 2014, não havia nenhum site classificado com o grau de “alta transparência”. Na análise de 2015/2016, quatro sites foram classificados dessa forma. São eles: Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Comitê de Bacia Hidrográfica do PCJ e CETESB. Esses sites apresentavam fácil acesso às informações relacionadas ao tema – por meio de informações disponíveis na primeira página de acesso ou por intermédio de guias de acesso rápido ou caixas de busca –, boa qualidade dos dados disponibilizados e uma boa compreensibilidade das informações.

Como conclusões desta fase de análise é possível apontar que:

- Em relação ao estudo de 2014, houve considerável melhora na transparência de algumas informações de grande importância para entender a crise hídrica do Sistema Cantareira.

- Foi possível notar que ainda existem contradições entre as informações oficiais divulgadas pelos diferentes órgãos públicos e os dados divulgados pela mídia. Muitas das informações contraditórias tratavam das vazões que poderiam ser retiradas da reserva técnica do sistema; da existência de um racionamento de água; sobre a redução de pressão na distribuição; sobre a aplicação de sobretaxa que ora era citada como “multas”, ora como “tarifa de contingência”; da existência de uma crise hídrica; do número de reclamações por cortes de abastecimento; da relação entre as medidas de redução de pressão e a utilização de volumes de água da reserva técnica com aumento de casos de diarreias agudas; e da situação real em relação à gravidade da crise hídrica.
- Grande parte das informações disponibilizadas nas páginas dos órgãos públicos referia-se a processos técnicos, como já apontado na análise de 2014, o que dificulta a compreensão geral dos cidadãos. Glossários, explicações e manuais poderiam contribuir para facilitar a comunicação e a compreensibilidade da informação para o público não especializado.
- Como já apontado na análise de 2014, a prática de organizar as informações nos sites de acordo com a lógica organizacional dos órgãos, e não para melhor atender às necessidades dos usuários, permanece. A existência de campos de busca de palavras-chave nos sites também poderia auxiliar o acesso à informação.

Transparência passiva: pedidos de informação

A Lei de Acesso à Informação determina que os órgãos públicos também devem divulgar informações quando estas são requeridas por meio de solicitação formal. Os pedidos de informação podem ser feitos via internet, protocolados presencialmente ou por telefone, e tal procedimento é chamado de “transparência passiva”.

Para a verificação da transparência passiva sobre a crise hídrica do Sistema Cantareira, foram enviadas, ao todo, 24 solicitações de informação, das quais duas foram realizadas por meio

de e-mail e o restante pelo Sistema de Informação ao Cidadão on-line (e-SIC).

Na Tabela 3, é possível verificar o número de solicitações de informação direcionadas a cada órgão consultado, a quantidade de solicitações atendidas, a qualidade das informações concedidas e outras observações.

As solicitações foram realizadas entre os dias 28 e 29 de janeiro de 2016, exceto a enviada ao Centro de Vigilância Sanitária, que foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2016.

Tabela 3 – Resumo das solicitações de informação realizadas e respostas recebidas.

INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PEDIDOS	TOTAL DE PEDIDOS RESPONDIDOS	RESPOSTA SATISFATÓRIA	RESPOSTA NÃO SATISFATÓRIA	TIPO	OBS.
GOVERNO ESTADUAL	1	1	0	1	SIC	Redirecionou, através da SSRH, para a SABESP, que cancelou o pedido.
SSRH	3	1	1	0	SIC	Redirecionou para a SABESP, que cancelou o pedido. Esta solicitação foi reapresentada via recurso.
ARSESP	3	0	0	0	SIC	Redirecionou para a SABESP, que cancelou o pedido. Esta solicitação foi reapresentada via recurso.
DAEE	1	0	0	0	SIC	Redirecionou para a SABESP, que cancelou o pedido. Esta solicitação foi reapresentada via recurso.
SABESP	7	7	5	2	SIC	Atendeu às solicitações dentro do prazo, solicitando prorrogação de tempo para três pedidos..
ANA	1	1	1	0	SIC	Respondeu dentro do prazo, indicando página com informações.
MPE-SP	3	3	3	0	Formulário da ouvidoria e e-mail	Respondeu dentro do prazo, indicando página com informações.
MPF	2	0	0	0	SIC	Não respondeu a solicitações dentro do prazo.
COMITÊ ALTO TIETÊ	1	1	0	1	E-MAIL	Respondeu a solicitação alegando que não possuía informações.
COMITÊ PCJ	1	0	0	0	E-MAIL	Não respondeu solicitações dentro do prazo.
CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1	1	1	0	SIC	Respondeu dentro do prazo, indicando que as informações deveriam ser solicitadas para Vigilâncias Sanitárias Municipais.
TOTAL	24	15	11	4	-	-
%	100	63	73	27	-	-

Nos casos do DAEE, da SSRH e da ARSESP, as solicitações foram feitas novamente, pois os órgãos redirecionaram seus pedidos para a SABESP, que por sua vez cancelou os protocolos anteriores, concentrando em si a responsabilidade pelos pedidos. A solicitação ao DAEE foi refeita no dia 10 de fevereiro de 2016, e as da ARSESP e da SSRH, no dia 15 de fevereiro. Estas solicitações foram refeitas, pois entende-se que os órgãos interpelados teriam posse ou eram também responsáveis pela informação solicitada. Esses pedidos refeitos não foram contabilizados na análise de transparência passiva, pois entende-se que deveriam ter sido respondidos na primeira solicitação. Contudo, para fins de divulgação das informações obtidas, as respostas das solicitações refeitas serão relatadas neste trabalho.

Até o dia 1º de março de 2016, mais de um mês da maioria das solicitações de informação, 38% dos pedidos realizados não haviam sido respondidos. Entre os que foram respondidos, 27% apresentaram conteúdo não satisfatório.

A pergunta realizada diretamente ao governo estadual de São Paulo foi redirecionada à SABESP, pela SSRH, ao contrário do que era esperado, tendo em vista que o governador tem realizado diversos pronunciamentos e manifestações públicos junto ao secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, ou seja, esperava-se que o governo do estado tivesse informações básicas sobre a crise hídrica e pudesse contestar as solicitações.

Da mesma forma, quando questionada sobre planejamento e disponibilidade hídrica para atender à atual demanda de água, a SSRH redirecionou a solicitação de informação para a SABESP. O mesmo foi feito para os questionamentos sobre o acompanhamento da qualidade da água do Cantareira. Após o redirecionamento, a SABESP cancelou as solicitações de informação anteriores, alegando que informações semelhantes haviam sido solicitadas para órgãos diferentes com diferentes números de protocolos. A SABESP indicou que o pedido de informação poderia ser refeito à SSRH caso fosse esperada uma resposta da secretaria.

A solicitação foi refeita e, apesar de não ser considerada estatisticamente nesta análise de transparência, a SSRH informou que a atual disponibilidade hídrica é suficiente para atender à demanda e que, de acordo com a projeção, leva em conta as medidas adotadas para redução de consumo e dados hidrológicos, e não se espera que no próximo período a demanda supere a disponibilidade. Sobre o pedido de informação a respeito da possibilidade de uso das reservas técnicas novamente este ano e da adoção de medidas emergenciais, a SSRH respondeu apenas “não”, indicando que não prevê a necessidade dessas medidas.

Quanto ao questionamento sobre as medidas emergenciais adotadas para evitar novos casos extremos de crise hídrica, a SSRH apresentou resposta idêntica à da SABESP, acrescentando apenas informações adicionais com o link do plano de contingência solicitado e informando que “medidas para evitar novos casos de crise hídrica” e “multas” para usos não racionais de água não estavam contempladas no plano.

De forma semelhante, a ARSESP também redirecionou para a SABESP os pedidos de informação sobre as medidas emergenciais adotadas e incentivadas, a redução de pressão da água realizada pela Companhia de Saneamento e a disponibilidade hídrica do Sistema Cantareira.

Após a reapresentação das solicitações de informação, a ARSESP alegou que não havia respondido antes porque a informação é de competência da SABESP e indicou o link que apresenta os horários de redução da pressão. Não foram fornecidas

informações adicionais sobre como ocorre a redução de pressão, de que maneira ela afeta diferentemente os bairros, nem mesmo como a ARSESP, agência reguladora do serviço de saneamento público concedido a uma empresa de saneamento, atua em relação às medidas realizadas pela SABESP.

A solicitação de informação realizada ao DAEE sobre a questão de disponibilidade hídrica do Sistema Cantareira, associada à outorga de retirada de água dos reservatórios, foi também redirecionada à SABESP. Após a apresentação de recurso, foi indicado que a solicitação fosse reapresentada ao DAEE. A última tentativa realizada foi o pedido de recurso em segunda instância, o qual a Corregedoria Geral da Administração (CGA) indeferiu por entender que a solicitação de informação era a mesma anteriormente encaminhada à SABESP.

O pedido de informação foi reapresentado junto com o recurso, utilizando seus mesmos argumentos, com a demanda adicional para receber informações sobre a disponibilidade do Cantareira com base nos dados utilizados pelo DAEE, órgão responsável pela outorga do direito de uso de água no Estado de São Paulo. A resposta foi recebida horas depois do vencimento do prazo.

Em seu conteúdo, foi apontado que a situação, tendo em vista os quadros mensais de chuvas, era de gestão controlada e com perspectiva de atendimento da demanda. Com a recuperação do volume, o órgão apontou que será possível administrar o sistema sem a necessidade de utilizar novamente as reservas técnicas em 2016, além de informar os links de acesso aos sites do DAEE, da ANA e da SABESP, nos quais os boletins e as informações sobre o nível dos reservatórios podem ser verificados. Cabe ressaltar que, caso essa resposta tivesse sido enviada dentro do prazo da primeira solicitação, a avaliação apontaria a resposta como satisfatória.

Já os pedidos realizados à SABESP, ao contrário do que ocorreu no trabalho anterior da ARTIGO 19, de 2014, foram todos atendidos. Entre as sete solicitações realizadas e atendidas, cinco apresentavam respostas consideradas satisfatórias, mesmo que deixassem de responder a algum item do questionamento. Por exemplo, quando questionada sobre as medidas para a redução de perdas na rede e de consumo de água, a empresa não atendeu a um dos quesitos questionados que se referia à existência de um canal para recebimento de reclamações e denúncias de falta de água.

Quanto à solicitação de informações sobre medidas emergenciais, a empresa comunicou os programas e as ações efetuados para reduzir o consumo e as perdas de água no sistema, tais como o Programa de Bônus, a transferência de água de outros sistemas produtores para as áreas atendidas pelo Cantareira e a atenção ao programa de combate às perdas. Cabe ressaltar que, entre as medidas indicadas pela empresa, não foi citada a “tarifa contingencial” ou “sobretaxa” cobrada aos consumidores que usam mais água.

A tarifa contingencial foi explicada na pergunta sobre a existência de “multas para usos não racionais”. Segundo a SABESP, não existem multas, mas sim a tarifa de contingência regulada pela Deliberação ARSESP nº 545/2015. Ao consultar o conteúdo do citado documento, que teve validade até o dia 31 de dezembro, foi determinado que:

“O usuário cujo consumo mensal ultrapasse a média de consumo mensal apurada, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a:

I - 40% (quarenta por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água encanada que exceder até 20% (vinte por cento) da média; ou

II - 100% (cem por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água encanada que exceder a mais de 20% (vinte por cento) da média. (Deliberação ARSESP nº 545/2015)

Em relação ao questionamento sobre quem estaria sujeito à tarifa de contingência, a SABESP respondeu que ela era aplicada de acordo com a mesma deliberação:

“Art. 3º Estão sujeitos à tarifa de contingência todos os usuários, inclusive aqueles com contratos de demanda firme, ressalvados os seguintes casos:

- a) os com consumo mensal de água menor ou igual a 10 m³;
- b) os hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios, casas de detenção, e os centros de atendimento da Fundação CASA. (Deliberação ARSESP nº 545/2015)

A tarifa de contingência, que teria validade apenas até dia 31 de dezembro de 2015, foi prorrogada até o mesmo dia do ano seguinte por meio da Deliberação v nº 614, publicada em 24 de dezembro de 2015 no Diário Oficial.

Em relação às obras para reduzir a dependência do Sistema Cantareira, a SABESP citou a ampliação dos sistemas Alto Tietê, Guarapiranga e Rio Grande. Citou, também, as obras para a ampliação do Sistema Adutor Metropolitano (SAM), que permitem maior flexibilidade de transferência de água entre as áreas atendidas pelos diferentes sistemas produtores do Sistema Integrado da Região Metropolitana de São Paulo. Por fim, mencionou a construção do Sistema Produtor de São Lourenço, com previsão para 2017.

Sobre a disponibilidade hídrica do sistema, a SABESP respondeu informando que, de acordo com as simulações realizadas, a disponibilidade é suficiente para atender à demanda de abastecimento de 2016, não existindo previsão para a aplicação de rodízio para a Região Metropolitana de São Paulo este ano. Em relação à redução de pressão, a companhia informou que se trata de uma técnica aplicada desde 1990, com o objetivo de controlar perdas pelo sistema, e que será mantida por ter apresentado bons resultados durante o período mais crítico da crise.

Em um questionamento específico sobre a prática da redução de pressão, a SABESP indicou que ela varia entre os diferentes bairros de acordo com “especificidades de cada setor”. Comunicou mais informações apenas em relação aos horários de redução de pressão, sem apresentar como esta afeta diferentemente os bairros, tendo em vista que, em muitos casos, o que é relatado é o corte de água durante o período indicado.

Nesse mesmo bloco de perguntas, foi questionado se seria necessário utilizar novamente as reservas técnicas do sistema. A empresa respondeu informando que, com o atual cenário de chuvas, não se pretende usar a reserva técnica em 2016, contudo o sistema está preparado para entrar em operação caso as condições climáticas piores.

Em relação ao questionamento sobre a qualidade da água que a população consome, a SABESP apenas informou que esses dados são disponibilizados nas contas de água e no site da empresa, não existindo laudos que possam ser conferidos. No site da companhia, são disponibilizados dados atualizados anualmente até 2015.

Em relação ao pedido dos contratos de demanda firme, a SABESP informou o número de acordos com seus respectivos consumos durante o ano de 2015, contudo não houve mais informações sobre localização ou sobre qual é o sistema produtor da água consumida. Tampouco foi detalhado o valor fixado para os grandes consumos. Foi alegado que, com o objetivo de preservar a identificação dos clientes, somente dados de consumo por cada contrato, identificados por um número, poderiam ser fornecidos. Entendemos que essas informações devam ser públicas, mas, para a análise deste estudo, não seguimos adiante com recursos.

Tendo em vista que no estudo de 2014 havia sido solicitado o Plano Metropolitano de Água (PMA), sem recebimento de resposta mesmo após a conclusão do relatório, esse pedido foi reapresentado à SABESP. A empresa respondeu à solicitação enviando o link para acessar o documento “Chess – Crise Hídrica, Estratégias e Soluções”, que, em seus anexos, apresenta o PMA.

A ANA, por sua vez, informou que não fazia fiscalização de serviços de fornecimento, nem de qualidade da água do Cantareira, e disponibilizou informações sobre seu monitoramento de nível dos reservatórios do Sistema Cantareira, bem como todo o material e os links relacionados à outorga, em resposta à solicitação de informação sobre a disponibilidade hídrica.

Para o Ministério Público Estadual (MPE), foram direcionados pedidos de informação sobre os inquéritos civis e, tendo em vista as audiências públicas realizadas com o objetivo de geração de provas sobre a crise hídrica, solicitaram-se também informações sobre de que forma o MPE tem atuado em relação à qualidade da água que a população tem recebido e sobre a redução de pressão realizada pela SABESP e seus efeitos para a população.

Como resposta às solicitações supracitadas, o MPE indicou dois links. Um deles era referente a todos os inquéritos e ações civis públicas, sendo necessário conhecimento prévio sobre os grupos que têm trabalhado a questão. Contudo, foi indicado também um link com informações sobre medidas do MPE em relação à qualidade e à falta de água e sobre a atuação do Ministério Público Estadual durante a crise hídrica em uma linha do tempo. É possível ainda realizar download de uma planilha contendo a ação detalhada do MPE, com a situação dos inquéritos e das ações civis.

O Ministério Público Federal (MPF) extrapolou o prazo de 20 dias, determinados pela LAI, apresentando como justificativa o seu envolvimento com diversas atividades relacionadas à questão hídrica. Apesar da demora em fornecer a informação, a resposta atendeu a todas as solicitações, inclusive em qualidade de retornos, como será apresentado a seguir. Inicialmente foi informado que as apurações de irregularidades em relação a questões que afetam a segurança hídrica ocorrem desde 2004, e foi fornecida a ata das audiências públicas realizadas em agosto de 2015 sobre Segurança do Sistema Hídrico e Saúde Pública.

Em relação às medidas adotadas pelo MPF relacionadas à questão hídrica, foi informado que a atuação tem ocorrido no sentido de coibir alterações antrópicas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) perante o Poder Judiciário. Foi destacada a atuação do MPF na proposição de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (nos 4.902 e 4.903) pela Procuradoria-Geral da República. No Estado de São Paulo, o MPF informou que atua por meio de diversas ações civis públicas, visando à remoção de ocupações antrópicas em terrenos de margens de rios e reservatórios de hidrelétricas.

Em relação à solicitação de informações sobre a atuação do MPF no acompanhamento da qualidade da água, foi informado que existem ações como o Boletim das Águas e o Manual de Melhoria da Qualidade de Água. Foram informados ainda os links de acesso para o material produzido pelo MPF¹⁵⁷.

Quanto à solicitação de informação acerca da atuação relacionada à distribuição de água e à redução de pressão, foi informado que, durante a audiência pública, foram levantadas denúncias para apuração em âmbito estadual. No entanto, o MPF também participou de outras atividades e debates que trataram do tema da redução de pressão na rede de distribuição. Ressaltou, ainda, que as articulações do Projeto Qualidade da Água com ONGs possibilitaram que tanto o MPE quanto o MPF tomassem conhecimento de ferramentas digitais (aplicativo de celular, por exemplo) para se denunciar a falta de água.

No caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, como não havia meio específico para fazer pedido de informação via e-SIC, foi realizada uma solicitação por e-mail sobre como ocorre a distribuição de água na região, incluindo questões sobre a redução de pressão, que poderia e deveria ser discutida naquele fórum participativo. A resposta indicou apenas que eles não tinham as informações solicitadas, além de sugerir que elas fossem solicitadas à SABESP.

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá também não atendeu à solicitação de informação, realizada por e-mail, até a data de encerramento deste relatório.

Ao Centro de Vigilância Sanitária foi enviada uma única solicitação de informação referente ao monitoramento e à qualidade da água de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo atendida pelo Cantareira. Foi informado que o Sistema de Abastecimento de Água do município poderia fornecer detalhes sobre o monitoramento da qualidade da água e que parte da informação poderia ser encontrada na própria "conta de água".

Quanto ao item que solicitava informações sobre a possível relação entre uma degradação da qualidade da água distribuída devido à redução de pressão e o aumento de registros de ocorrências de doenças gastrointestinais, foi apontado que ainda não existiam estudos conclusivos que apontassem essa relação. Para informações mais específicas, indicaram que as vigilâncias sanitárias municipais da Região Metropolitana de São Paulo deveriam ser consultadas. Não foram encontradas informações sobre a existência de uma integração da informação da região metropolitana.

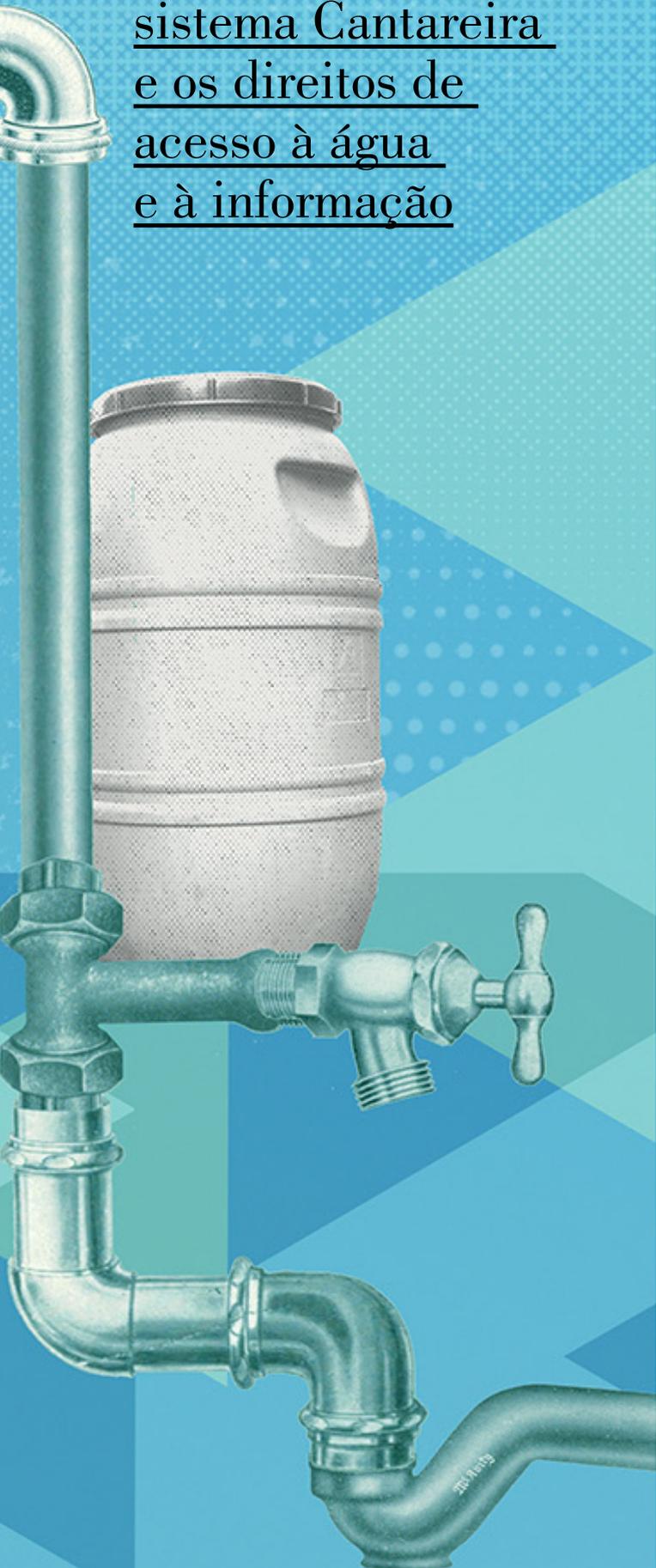
A partir dos resultados da análise de transparência passiva, foi possível concluir que, apesar da relutância da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, da ARSESP e do DAEE em fornecer as informações solicitadas (o que foi avaliado, aqui, como fator prejudicial à transparência), após a utilização de recursos e realização de novos pedidos, foi possível obter o posicionamento desses órgãos. Cabe ressaltar que entendemos que as respostas deveriam ter sido concedidas sem a necessidade de realização de recursos de primeira e segunda instâncias, dependendo do caso, e sem a reapresentação da mesma solicitação.

Com isso, espera-se que esta análise possa proporcionar subsídios para que a determinação legal de acesso à informação seja de fato cumprida, em especial quando se trata do tema da crise hídrica, mesmo neste período no qual a gestão pública está assumindo que o problema chegou ao fim, ainda que especialistas apontem os riscos de nova crise caso a gestão seja realizada da mesma forma. O acesso à informação é instrumento fundamental de controle cidadão da gestão de um bem público fundamental à vida, como é o caso da água.

Posto isso, é importante ressaltar, ainda, que os contra-

-argumentos apresentados pelos órgãos para não atender ao pedido de informação eram desnecessários, além de reduzir a transparência de sua atuação, uma vez que a solicitação de acesso de uma mesma informação a diferentes órgãos públicos não se tratava de duplicidade de solicitação, mas uma real demanda por informação para aquele órgão específico, já que cada ente público é competente por uma função distinta em relação ao mesmo processo e poderiam apresentar informações diferentes.

CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE TRANSPARÊNCIA: crise hídrica do sistema Cantareira e os direitos de acesso à água e à informação



Antes de iniciar a discussão sobre os resultados da análise e como os limites da transparência observados prejudicam a garantia dos direitos de acesso à informação e à água, cabe apenas ressaltar que este debate ocorre dentro da perspectiva de que o Brasil reconhece o acesso à água e aos serviços de saneamento como um direito humano.

A Organização das Nações Unidas reconhece a água e o saneamento como direitos humanos distintos. O direito humano à água foi reconhecido pela ONU em 2010, a partir da Resolução A/RES/64/292 (AITH e ROTHBARTH, 2015). Tanto na Constituição Federal, em seu artigo 25, como no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ocorre um reconhecimento indireto do direito humano à água. Este direito reconhece que todos devem acessar a água em quantidade e qualidade suficientes como condição básica para possibilitar o direito de gozar da vida, bem como possibilitar o acesso aos demais direitos humanos.

Na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei nº 9.433, de janeiro de 1997, o direito humano à água pode ser inferido a partir do parágrafo III do artigo 1º, que determina que:

“em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”. (BRASIL, 1997)

De forma semelhante, o Estado de São Paulo, por meio de sua Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), Lei nº 7.663, de dezembro de 1991, em seu artigo 4º, parágrafo I, determina que deve ser garantida a

“utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurado o uso prioritário para o abastecimento das populações” (SÃO PAULO, 1991)

Posto isso, em momentos de crise hídrica, a transparência da gestão hídrica e o acesso à informação são fatores de fundamental importância para a garantia do direito humano de acesso à água. Segundo Empinotti et al. (2014), em um contexto ambiental, a transparência está fortemente associada ao “direito de saber”, no qual o indivíduo impactado por atividades de terceiros tem o direito de ser informado sobre os riscos aos quais está exposto.

Essa noção está fortemente associada, também, ao conceito de justiça ambiental que, em seus princípios, determina que nenhum grupo ou indivíduo deve ser submetido a condições de degradação ambiental e riscos de forma desproporcional e desigual. A justiça ambiental também defende a redução da desigualdade do acesso a recursos naturais (por exemplo, a água), a ampliação do acesso à informação que impacta a vida dos cidadãos, bem como a ampliação da possibilidade de participação nos espaços decisórios (HABERMANN & GOUVEIA, 2008; ACSELRAD et al, 2009; ACSELRAD, 2010).

Foi possível verificar, a partir do levantamento cronológico dos fatos noticiados e publicados nos principais veículos de informação nacionais, estaduais e regionais, bem como por meio dos inquéritos civis e das investigações do Ministério Público, que existem ações que, denominadas de “redução de pressão”, afetam diferentemente as populações das regiões da Região Metropolitana de São Paulo e da capital durante a distribuição de água. Verificaram-se inconsistências nas informações oficiais disponibilizadas nos sites dos órgãos públicos responsáveis, uma vez que não descrevem claramente como a ação de redução de pressão afeta diferentemente os bairros da capital e outras áreas da Região Metropolitana de São Paulo. Por isso, é fundamental que os seus mecanismos de funcionamento e as decisões sobre sua aplicabili-

dade sejam transparentes, para garantir o controle social.

Em fontes não oficiais de dados, tais como o aplicativo de celular “Tá Faltando Água”, artigos do Fiquem Sabendo, além de relatos noticiados, surge um grande número de denúncias e relatos de falta de água provocada pela medida de redução de pressão nas regiões periféricas. Estes são os locais que apresentam mais focos de vulnerabilidade social de acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), publicado pela Fundação Seade⁵⁸. Outro agravante da falta de transparência das medidas adotadas pela SABESP, com a finalidade de induzir a redução do consumo e as perdas na distribuição, além dos aspectos já mencionados anteriormente, foi a denúncia de que a empresa estaria manipulando os dados referentes aos registros de reclamações para evitar que essa informação pudesse afetar as negociações das ações da empresa nas bolsas de valores de São Paulo e Nova York. Essa falta de transparência não afeta apenas a bolsa de valores, mas principalmente a população que sofre com o problema da falta de água, impossibilitando o acesso a informações sobre o que realmente ocorre e dificultando a adoção de medidas alternativas para enfrentar ou minimizar os efeitos do problema de forma adequada.

Mesmo quando havia manifestações oficiais do governador Geraldo Alckmin negando a necessidade de adoção da prática de rodízio ou racionamento de água, regiões que concentram as populações mais vulneráveis apresentavam relatos de desabastecimento de água com duração de dias. Foram feitos, também, anúncios de órgãos públicos sobre a necessidade de rodízio de cinco dias sem água para apenas dois dias com abastecimento. Vale ressaltar que o período de desabastecimento, justificado pela redução de pressão, era denunciado por moradores da Região Metropolitana de São Paulo como uma ação com duração muito maior do que aquela divulgada pela SABESP em seu site.

Quando se questionaram os órgãos responsáveis sobre como a redução de pressão afeta as diferentes regiões de São Paulo, a resposta da SABESP apontou apenas os critérios técnicos adotados e fez referência aos períodos de redução de pressão em cada bairro e região, divulgados em sua página. A ARSESP, por sua vez, após redirecionar o questionamento para a SABESP, justificando que se tratava de responsabilidade da empresa estatal, respondeu após uma nova apresentação do questionamento e do uso de recurso de primeira instância que a solicitação não havia sido atendida antes porque a informação requerida constava “no próprio site da SABESP”.

Foi possível notar que a Prefeitura de São Paulo tampouco foi capaz de atender a essa solicitação de informação, justificando que possuía ações municipais e que o abastecimento de água e a regulação dos serviços eram realizados por órgãos estaduais. Em nota de esclarecimento da prefeitura, publicada em janeiro de 2015, esta se posicionou em relação à falta de transparência por parte dos órgãos estaduais cobrando mais informações e esclarecimentos em relação ao abastecimento de água no município e, em especial, por problemas que estavam sendo relatados por municípios. Para o presente estudo, ao realizar a solicitação da informação sobre a redução de pressão de água na cidade para a prefeitura, já se tinha o conhecimento de que o município não era responsável pelo serviço de abastecimento, contudo, por estar inserido em uma Região Metropolitana e junto ao Governo do Estado de São Paulo⁹, firmou um contrato com a SABESP para o fornecimento desse serviço. A proposta era avaliar se a transparência e o acesso à informação chegavam a afetar,

também, a articulação entre diferentes níveis da Federação no que concerne o tema em questão.

De forma geral, pôde-se perceber que, em relação à análise de transparência realizada em 2014, houve uma melhora na quantidade e na qualidade das informações disponibilizadas para os cidadãos, tanto na transparência ativa, quanto na transparência passiva. Ao que parece, essa melhora ocorreu devido às atuações do MPE e do MPF. Contudo, esse progresso não significa que os órgãos atingiram um grau satisfatório de transparência e ainda é insuficiente para garantir o acesso à informação necessário para assegurar o controle social da gestão hídrica no Sistema Cantareira. Tanto os sites quanto as respostas aos pedidos de informações não encontraram os parâmetros legais estipulados pela LAI. Vale lembrar que, dos 14 sites pesquisados para a transparência ativa, apenas quatro atingiram o grau de “alta transparência”, e, para obter as respostas da análise da transparência passiva, na maioria dos casos, foi necessário reapresentar pedidos, interpelar recursos e lidar com a transferência e o cancelamento de protocolos de uma instituição a outra.

O acesso à informação, assim como o acesso à água, é um direito que deveria ser assegurado, já que o Brasil possui a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de novembro de 2011), que regulamenta como a transparência deve ocorrer. Diante disso, cabe destacar a declaração do governador de São Paulo de que a questão hídrica está resolvida. Mesmo com a pouca transparência verificada, foi possível atestar que a redução da pressão de água é uma medida que será mantida, ainda que afete diferentemente as diversas áreas da Região Metropolitana de São Paulo, e que a aplicação da “tarifa de contingência” também será preservada, como determinado pela Deliberação ARSESP nº 614.

Cabe lembrar que, por determinação judicial, a tarifa de contingência, tal como define seu nome, apenas poderia ser aplicada no caso de reconhecimento oficial pelo estado da existência e do anúncio público de uma crise hídrica.

Vale ressaltar que o mesmo tom desse anúncio do governador, ou seja, de que não existe mais uma crise hídrica, foi verificado na transparência passiva dos órgãos públicos questionados sobre se a disponibilidade hídrica seria suficiente para atender à demanda ou se seriam necessárias medidas emergenciais. Eles responderam que a disponibilidade atenderia à demanda e que não seriam necessárias medidas emergenciais ou a utilização da reserva técnica em 2016. De acordo com as respostas obtidas, essa disponibilidade hídrica suficiente para atender a demanda resulta tanto do aumento de chuvas, como das obras realizadas e em construção que ampliaram e vão ampliar ainda mais a capacidade de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

Em nenhum momento foram feitas considerações ou referências por parte dos órgãos responsáveis sobre a possibilidade de o período de chuvas elevadas ser um evento atípico, dentro de um período mais seco, como alertado por pesquisadores.

Com base nos dados disponibilizados pela SABESP, diversas organizações da sociedade civil puderam se organizar e apresentar notas de contestação ao anúncio de fim da crise hídrica, pois os índices de armazenamento de água nos reservatórios permitiam inferir que ainda existe risco, logo após o período de maior precipitação.

Ainda que seja o caso de o reservatório ter recuperado recentemente sua capacidade de abastecimento, ainda há risco de nova crise hídrica, como alertada no estudo “Cenários 2020”, o simples anúncio de que a situação está resolvida traz impactos

9. A responsabilidade da prefeitura estaria mais relacionada à gestão do uso e à ocupação do solo, que também apresenta impactos sobre a qualidade e a quantidade de água que escoa para rios e alimenta os sistemas de abastecimento.

sobre a gestão da água, que já apresenta interesse em seguir ampliando a captação de água do sistema, e também sobre a percepção da população, que já mostra aumento de consumo.

Vale lembrar que apenas em 18 de agosto de 2015 o governo reconheceu, por meio de uma portaria do DAEE, a existência de uma crise hídrica, quando os reservatórios já registravam 15,9% de sua capacidade segundo o índice 1, que considera os volumes das reservas técnicas. Portanto, esse anúncio sobre o fim da crise hídrica deverá ter sua transparência analisada posteriormente com base nas informações eventualmente disponibilizadas em relação à real situação do Sistema Cantareira no período.

Ao longo da elaboração deste relatório, foi possível notar que os processos de tomada de decisão e gestão são realizados de forma centralizada e sem a devida preocupação com a transparência, ao contrário do que determina a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Segundo essa série de normas, a gestão dos recursos deve ocorrer de forma descentralizada e participativa, tendo como unidade territorial de implementação da políti-

ca a bacia hidrográfica. Portanto, os comitês de bacias deveriam possuir maior protagonismo na gestão, fornecendo as diretrizes definidas a partir das decisões tomadas no fórum participativo para a efetiva tomada de decisões dos órgãos públicos que atuam na crise hídrica do Sistema Cantareira. Contudo, como já apontado, os próprios CBHs apresentam limitações de poder que reduzem seu papel na tomada de decisão, principalmente em momentos de crise.

Com essas considerações, espera-se chamar a atenção para o fato de que a limitação da transparência impede a real percepção do problema pela população. Juntamente com a baixa atuação dos órgãos colegiados e a falta de prioridade dos espaços participativos, a falta de transparência coloca em risco a segurança hídrica. Todas essas constatações demonstram que não houve um processo de aprendizado com o seríssimo problema ambiental e de gestão pública que foi enfrentado nos anos de 2014 e 2015.

Conclusões

Conclui-se que a crise hídrica foi o resultado de fatores como a falta de chuvas, a alta dependência do Sistema Cantareira e o modelo de gestão de água adotado. Como já havia sido aconselhado no momento da renovação da outorga, obras para a redução da dependência do Sistema Cantareira eram necessárias e vieram para contribuir como uma das medidas para evitar um novo agravamento da disponibilidade hídrica.

Contudo, cabe ressaltar que as ações que visam mudar o comportamento de consumo, o reúso de água para os usos intensivos, a priorização do atendimento do consumo humano, os investimentos no aumento do tratamento de esgoto, a redução de vazamentos, entre muitas outras medidas relacionadas à gestão da água, são ainda necessárias para garantir o abastecimento da população e consolidar uma nova cultura de cuidado com a água.

Ao longo da elaboração deste trabalho, que buscou apresentar um quadro atualizado do mesmo estudo de transparência realizado em 2014, foi possível perceber que ainda existe uma deficiência na transparência de dados e informações sobre a crise hídrica no Sistema Cantareira. Ainda persistem a dificuldade de acesso e compreensão das informações disponibilizadas e discrepâncias de informação entre órgãos diferentes.

Contudo, cabe apontar que, ainda que persistam esses problemas, foram observadas melhorias. A disponibilização de informações que permitem um melhor acompanhamento e compreensão do nível do sistema, por exemplo, são importantes para o controle social, e avaliamos que, em grande parte, essas

mudanças se deram pela atuação do Ministério Público. Também foram observadas melhorias nas informações disponibilizadas em alguns sites oficiais dos órgãos públicos, ainda que outros não tenham modificado sua forma de apresentar as informações e retratem baixa ou nenhuma transparência.

Como já observado no estudo de 2014, é possível perceber que persiste o esforço do governo do estado em minimizar a gravidade da questão, muitas vezes adotando medidas contraditórias e faltando com a transparência no fornecimento de informações que afetam diretamente a vida da população. Esse comportamento demandou uma forte atuação do MP em acompanhar a legalidade das ações.

Os órgãos reguladores estaduais, DAEE e ARSESP, mereceram destaque nesta análise, pois apresentaram baixa transparência apesar de possuírem papel central na regulação da SABESP e no controle de captações de águas por meio de outorgas. Esses órgãos têm adotado a posição de não fornecer informações, muitas vezes alegando que não estão autorizados a fazer declarações sobre o tema.

Como resultado dessa insuficiência de transparência, somada ao fornecimento de informações e de anúncios que têm por objetivo minimizar o problema por razões de interesses políticos, temos o risco de um novo agravamento do quadro de crise na Região Metropolitana de São Paulo, já que não houve mudança substancial no modelo de gestão hídrica em São Paulo.

Recomendações

Diante da análise dos órgãos ligados à gestão da água no Sistema Cantareira, avalia-se imprescindível que tais instituições prezem pelo cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Para tanto, é necessário:

- 1** disponibilização ampla de documentos relacionados à gestão hídrica;
- 2** adequação e organização dos sistemas de informação às necessidades dos cidadãos (usuários);
- 3** capacitação dos gestores e funcionários desses órgãos para atender adequadamente às demandas por informações;
- 4** atendimento dos prazos estipulados por lei;
- 5** coerência entre as informações publicizadas pelos órgãos e a realidade da distribuição de água e do saneamento na Região Metropolitana de São Paulo;
- 6** fortalecimento das instâncias políticas participativas (como Comitês de Bacias e Comitê de Crise), ampliando sua representatividade e seu envolvimento nos processos decisórios;
- 7** maior uso de ferramentas como audiências e consultas públicas, que permitem ouvir e informar a população em geral;
- 8** fornecimento de informações que sejam compreensíveis aos cidadãos que não possuem conhecimento técnico e específico. Essas recomendações são passos iniciais e fundamentais para a efetivação do direito de acesso à informação pública, instrumento necessário para que o cidadão tenha garantido seu direito de acesso à água.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H; AMARAL MELLO, C. C.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

AITH, F. M. A., and ROTHBARTH, R. O estatuto jurídico das águas no Brasil. *Estud. av.* 2015, vol.29, n.84, pp. 163-177.

ANA & DAEE. DADOS DE REFERÊNCIA ACERCA DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA. 16 de Agosto 2013 – V 1.1. Disponível em: http://audienciapublica.ana.gov.br/arquivos/Aud_001_2014_DadosdeReferenciaAcercadaOutorgadoSistemaCantareira.pdf

ARTIGO 19. Sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo: falta de transparência no acesso à informação. 2014.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Plano de Ação do Governo Brasileiro - Parceria para Governo Aberto (OGP). Manual do Diálogo Presencial – Revisão do Plano de Ação do Brasil. Brasília: Controladoria Geral da União, 2013. Disponível: http://edemocracia.camara.gov.br/documents/980199/980230/Manual_dialogo_presencial+-+vFinal5.pdf

CONSÓRCIO PCJ: Sistema Cantareira: Um mar de desafios. 2013. Disponível em: http://www.agua.org.br/apresentacoes/71557_ApostilaCantareira-ConsorcioPCJ.pdf

GALVÃO JUNIOR, A. C. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2009;25(6):548–56.

HABERMANN, M.; GOUVEIA, N. Justiça ambiental: abordagem ecossocial em saúde. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 6, p. 1105-1111, 2008.

JACOBI, P. R. Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2006. 2ª Edição.

JACOBI, P. R. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade”. In: Philippi, A. et al. *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2012.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI, JR. A.; COUTINHO, S.M.V. (2006) Interfaces dos serviços de água e esgoto. In: GALVÃO JUNIOR, A.C.; SILVA, A.C. (Eds.). *Regulação: Indicadores para a prestação de serviços de água e esgoto*. Fortaleza: ABAR: Expressão Gráfica e Editora Ltda. p. 91-122.

SABESP: Sistema Cantareira Garante Abastecimento. Disponível em: <http://www.SABESP.com.br/CalandraWeb/CalandraRedirect/?temp=4&proj=AgenciaNoticias&pub=T&docid=3B3851C-287055C148325770600671FDD>

SMA. Cenários ambientais 2020. <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/Cen%C3%A1rios-Ambientais-2020.pdf>

TCU. Referencial Básico de Governança: Aplicável à órgãos e entidades da administração pública. Brasil, Tribunal de Contas da União, 2013.

WHATELY, M.; CUNHA, P. (Org). Cantareira 2006 – Um olhar sobre o maior manancial de água da Região Metropolitana de São Paulo. Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/10289.pdf

1. <http://site.SABESP.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaold=66&id=6943>
2. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/canteira-continua-em-queda-e-chega-67-da-capacidade>
3. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/canteira-continua-em-queda-e-chega-67-da-capacidade>
4. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/ana-diz-que-vai-liberar-2-cota-do-cantareira-se-sp-admitir-escassez.html>
5. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/ana-diz-que-vai-liberar-2-cota-do-cantareira-se-sp-admitir-escassez.html>
6. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/ana-diz-que-vai-liberar-2-cota-do-cantareira-se-sp-admitir-escassez.html>
7. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/agua-vai-acabar-em-meios-de-novembro-se-nao-chover-diz>
8. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2014-10-07/ministerio-publico-tenta-impedir-uso-da-2-cota-do-volume-morto-do-cantareira.html>
9. <http://www2.camara.sp.gov.br/DCE/RELATORIO%20CPI%20SABESP%20FINAL.pdf>
10. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/ana-diz-que-SABESP-tirou-mais-agua-que-o-permitido-do-volume-morto-do-sistema-cantareira.html>
11. <http://www2.camara.sp.gov.br/DCE/RELATORIO%20CPI%20SABESP%20FINAL.pdf>
12. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/10/ana-diz-que-SABESP-tirou-mais-agua-que-o-permitido-do-volume-morto-do-sistema-cantareira.html>
13. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1532662-cpi-sobre-falta-de-agua-e-teatrinho-diz-presidente-da-SABESP-a-vereador.shtml>
14. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/agua-vai-acabar-em-meios-de-novembro-se-nao-chover-diz>
15. <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2014/10/raconamento-e-realidade-8188.html>
16. <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/sistemacantareira.aspx>
17. <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/o-que-faltou-a-SABESP-foi-um-planejamento-antecipado-diz-especialista-sobre-crise-do-sistema-cantar>
18. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/nivel-do-sistema-cantareira-tem-nova-queda-apesar-da-chuva.html>
19. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/acumulado-de-chuvas-deste-mes-ja-supera-o-de-outubro/>
20. <http://www.conjur.com.br/2014-nov-03/supremo-promovera-mediacao-solucionar-falta-dagua>
21. <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-11-08/dilma-e-alkmin-se-encontram-na-segunda-feira-para-discutir-crise-hidrica.html>
22. <http://noticias.r7.com/brasil/alkmin-e-dilma-se-reunem-em-brasilia-para-tratar-de-crise-hidrica-08112014>
23. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/alkmin-apresenta-projetos-de-r-3-5-bi-contras-seca-para-dilma-4639805.html>
24. [obras-contras-crise-hidrica-previstas-por-alkmin.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/veja-prazos-e-custos-das-obras-contras-crise-hidrica-previstas-por-alkmin.html)
25. <http://www.valor.com.br/brasil/3778292/gestao-da-SABESP-levara-ao-esgotamento-da-cantareira-diz-procuradora>
26. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/sp-rj-e-mg-fecham-acordo-no-stf-para-iniciar-obras-contras-crise-hidrica.html>
27. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/assessor-da-SABESP-atribui-crise-hidrica-um-fenomeno-climatico-imprevisivel>
28. <http://jornalggn.com.br/noticia/dilma-inclui-no-pac-obra-para-ajudar-alkmin-e-SABESP-com-crise-hidrica-no-cantareira>
29. <http://economia.terra.com.br/com-resultados-negativos-SABESP-reduz-orcamento-para-2015,0d2e8d73a346a410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>
30. <http://www.paraiba.com.br/2014/12/24/15827-nivel-do-sistema-cantareira-sobe-pela-primeira-vez-desde-abril>
31. <http://www.valor.com.br/brasil/3825000/sem-aumento-ha-oito-meses-nivel-do-cantareira-baixa-para-71>
32. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/nivel-do-sistema-cantareira-sobe-pelo-terceiro-dia-seguido.html>
33. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2014-12-28/sem-chuva-nivel-do-cantareira-tem-leve-queda-neste-domingo.html>
34. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/01/presidente-da-SABESP-diz-que-e-possivel-cantareira-secar-em-marco.html>
35. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/nivel-do-sistema-cantareira-sobe-pelo-terceiro-dia-seguido.html>
36. <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/01/alkmin-pretende-usar-guarapiranga-para-amenizar-crise-no-cantareira.html>
37. http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150121060512_comunicado%20Conjunto%20ANA%20DAEE0001.pdf
38. http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150121060519_Of%C3%ADcio%204%20DAEE%20-%20Comunicado%20Conjunto%20241.pdf
39. <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/01/fixado-limite-e-restricoes-para-captacao-do-sistema-cantareira-e-rios-de-sp>
40. [http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(5wbhyskjafech5ihd4jke\)\)/Noticia/1178187/crise-no-alto-tiete-faz-bairros-voltarem-a-receber-agua-do-cantareira](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(5wbhyskjafech5ihd4jke))/Noticia/1178187/crise-no-alto-tiete-faz-bairros-voltarem-a-receber-agua-do-cantareira)
41. http://www.brasilpost.com.br/2015/01/25/cantareira-pode-secar-em-setembro_n_6540710.html
42. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/politica/1422656188_726421.html
43. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/02/1584869-alkmin-prepara-pacote-de-oito-obras-para-enfrentar-deserto-de-2015.shtml>
44. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/com-mais-chuvas-nivel-do-cantareira-sobe-para-8-3-4701836.html>
45. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/so-cantareira-a-14-deve-evitar-rodizio-de-agua-em-sp>
46. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/governo-de-sp-cria-gatilho-para-acionamento-de-agua>
47. <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidoria-da-SABESP-registra-queixa-de-agua-como-pedido-de-informacao,1633691>
48. <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/calor-e-crise-hidrica-elevam-preco-da-garrafinha-de-agua-em-17>
49. <http://noticias.terra.com.br/brasil/sistema-cantareira-entra-em-marco>

com-nivel-em-116,25f73d70ad6db410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html

50. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/volume-de-chuvas-no-cantareira-bate-recorde-em-20-anos>

51. <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/03/cantareira-registra-nova-alta-no-volume-de-agua>

52. <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/03/situacao-no-sistema-cantareira-ainda-e-grave-diz-presidente-da-ana.html>

53. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/seca/2015-03-20/ana-vai-propor-limites-intermediarios-para-utilizacao-do-sistema-cantareira.html>

54. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/22/politica/1427052787_267962.html

55. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/cantareira-completa-cinco-dias-sem-chuva-mas-nivel-se-mantem.html>

56. <http://www.reporterdiario.com.br/noticia/511045/SABESP-comeca-a-levar-agua-da-billings-para-a-capita/>

57. http://olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Principal_obra_contra_crise_atrasa_e_so_deve_sair_em_agosto_diz_SABESP&edt=31&id=395531

58. <http://www.valor.com.br/politica/4025896/alcmin-minimiza-atraso-em-obra-de-combate-crise-hidrica>

59. <http://www.valor.com.br/empresas/4025092/quatro-dos-6-principais-reservatorios-de-sp-ficam-estaveis-nesta-terca>

60. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/SABESP-pede-nova-licenca-de-uso-do-cantareira-orgaos-reguladores.html>

61. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/nivel-de-agua-do-cantareira-se-mantem-estavel-nesta-sexta-feira.html>

62. https://www.portalaz.com.br/noticias/geral/334191_principal_obra_contra_a_crise_hidrica_e_inaugurada_com_3_meses_de_atraso

63. <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,metade-da-agua-que-abastece-os-grandes-clientes-da-SABESP-sai-do-cantareira,1646894>

64. <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/04/SABESP-vendeu-780-milhoes-de-litros-de-agua-do-cantareira-com-desconto-a-grandes-empresas-1779.html>

65. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-2014-SABESP-vendeu-agua-do-cantareira-com-desconto-384.html>

66. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-2014-SABESP-vendeu-agua-do-cantareira-com-desconto-384.html>

67. <http://apublica.org/contratos-SABESP/>

68. http://www.brasilpost.com.br/2015/05/06/SABESP-atraso-obras_n_7221070.html

69. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/04/politica/1430776573_453561.html

70. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/27/politica/1432728524_009010.html

71. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/07/politica/1431029861_241101.html

72. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/13/politica/1431541341_245452.html

73. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/cantareira-tera-queda-de-26-na-captacao-de-agua-partir-de-setembro.html>

74. <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1385346/SABESP-conclui-ligacao-entre-adutoras-para-reduzir-uso-de-agua-do-cantareira>

75. <http://noticias.portalvox.com/sao-paulo/2015/06/transposicao-para-reforco-do-sistema-cantareira-vai-atrasar-tres-meses.html>

76. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/plano-de-contingencia-para-seca-em-sp-fica-pronto-este-mes-diz-alcmin.html>

77. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/reajuste-de-1524-na-conta-de-agua-foi-necessario-diz-alcmin.html>

78. <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1386517/alcmin-da-inicio-a-obras-para-ampliacao-do-guarapiranga>

79. <http://www.camara.sp.gov.br/blog/relatorio-final-da-cpi-da-SABESP-preve-criacao-de-agencia-fiscalizadora/>

80. <http://www.acritica.net/editorias/geral/supremotribunalfederaloficiaestadosatingidospelacrisehidrica/150860/>

81. <http://www.valor.com.br/brasil/4103900/com-crise-hidrica-ministro-do-stf-pede-acordo-contr-desmatamento>

82. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/justica-rejeita-liminar-da-fiesp-para-suspender-aumento-na-conta-dagua.html>

83. <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=241327>

84. <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/06/alcmin-entrega-obra-no-sistema-alto-tiete-e-volta-descartar-rodizio.html>

85. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/cantareira-inicia-mes-de-julho-com-queda-de-volume.html>

86. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/entrega-de-plano-de-contingencia-para-seca-atrasa-e-fica-para-julho.html>

87. <http://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2015/07/maior-parte-das-desapropriacoes-para-ligar-sistemas-e-em-santa-isabel.html>

88. <http://www.valor.com.br/politica/4126606/sp-nao-tem-nenhum-risco-de-rodizio-diz-alcmin-em-audiencia-no-senado>

89. <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,estado-de-sp-ja-previa-desabastecimento-em-estudo-de-2009,1626751>

90. <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/SABESP-quer-mudar-regra-para-mantem-captacao-no-cantareira>

91. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/grande-sp-atinge-83-de-economia-de-agua-em-junho-diz-SABESP.html>

92. <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/SABESP-vendera-terrenos-para-controlar-crise-financeira,25ac603ef108f233b2ea5e0efcd1cb92haizRCRD.html>

93. <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1525872/s-bernardo-ganha-reservatorio>

94. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/07/29/interna_brasil,589296/sao-paulo-teve-hiperendemia-de-diarreia-no-primeiro-ano-da-crise-hidrica.shtml

95. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/10/20/para-promotor-problemas-no-bombeamento-reforca-ilegalidade-de-obra-na-billings.htm>

96. <http://www.dae.sp.gov.br/images/documentos/outorgaefiscalizacao/Portaria2617.pdf>

97. <http://ultimosegundo.ig.com.br/2015-08-19/governo-alcmin-reconhece-crise-hidrica-e-ve-risco-para-abastecimento-publico.html>

98. <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/08/mp-quer-ouvir-populacao-para-instruir-investigacoes-sobre-a-falta-de-agua-em-sp-3498.html>

99. <http://www.cartacapital.com.br/revista/865/a-emergencia-irregular-380.html>

100. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/seca/2015-08-26/conselho-de-meio-ambiente-aprova-2-maior-obra-da-SABESP-contr-crise-hidrica.html>

101. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/seca/2015-08-26/mp-pede-veto-a>

[drible-no-processo-de-licenca-ambiental-em-obras-da-cri-se-hidrica.html](#)

- 102.** http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/2015/08/brasil_e_mundo/85835-tce-culpa-estado-por-falta-d-agua.php
- 103.** <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/08/tce-culpa-governo-alkmin-por-cri-se-hidrica-e-diz-que-faltou-planejamento-1023.html>
- 104.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/nivel-de-agua-do-cantareira-registra-25-queda-seguida-em-agosto.html>
- 105.** <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/09/reclamacoes-por-falta-de-agua-aumentam-49-em-sao-paulo-segundo-SABESP-9363.html>
- 106.** <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2015/09/mp-apura-13-inqueritos-sobre-cri-se-hidrica-nas-bacias-do-consorcio-pcj.html>
- 107.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/alkmin-ira-receber-premio-de-gestao-hidrica-na-camara-dos-deputados.html>
- 108.** <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/09/22/em-meio-a-falta-dagua-em-sp-alkmin-recebera-premio-de-saneamento.htm>
- 109.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/governo-de-sp-assina-contrato-para-captar-agua-do-rio-paraiba-do-sul.html>
- 110.** <http://noticias.r7.com/sao-paulo/alkmin-promete-concluir-1-fase-de-transposicao-ao-cantareira-em-2017-02102015>
- 111.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/apos-embargo-principal-obra-contra-cri-se-hidrica-de-sp-reduz-forca.html>
- 112.** <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/10/20/para-promotor-problemas-no-bombeamento-reforca-ilegalidade-de-obra-nabillings.htm>
- 113.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/renovacao-de-outorga-do-cantareira-atrasa-de-novo-e-fica-para-dezembro.html>
- 114.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/ongs-apontam-violacoes-de-direitos-humanos-durante-cri-se-hidrica-em-sp.html>
- 115.** <http://www.valor.com.br/politica/4269018/secretario-de-alkmin-recebe-vaia-ao-receber-premio-de-gestao-hidrica>
- 116.** <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/10/SABESP-abusa-da-lei-ao-deixar-dados-sobre-cri-se-de-agua-em-sigilo.html>
- 117.** http://www.brasilpost.com.br/2015/10/13/sigilo-SABESP-dados_n_8289168.html
- 118.** <http://noticias.r7.com/sao-paulo/mp-de-sao-paulo-instaura-inquerito-para-apurar-sigilo-de-informacoes-da-SABESP-14102015>
- 119.** <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/renovacaocantareira.aspx>
- 120.** <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/10/renovacao-da-outorga-do-sistema-cantareira-para-SABESP-e-adiada-ate-2017>
- 121.** <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-11-04/cri-se-hidrica-metade-dos-paulistanos-ve-como-ruim-ou-pessima-gestao-de-alkmin.html>
- 122.** <http://www.paraiba.com.br/2015/11/12/64618-SABESP-descumpre-limite-e-capta-mais-agua-da-poluida-billings>
- 123.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/governo-de-sp-apresenta-plano-contra-cri-se-hidrica-com-5-meses-de-atraso.html>
- 124.** <http://www.valor.com.br/empresas/4324448/em-45-dias-aplicativo-recebe-8-mil-denuncias-sobre-falta-de-agua>
- 125.** <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-11-29/sao-paulo-tem-mes-de-novembro-mais-chuvoso-em-20-anos.html>
- 126.** [\[queda-mas-ainda-nao-saiu-do-volume-morto\]\(#\)](http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cantareira-fecha-novembro-sem-</p></div><div data-bbox=)

- 127.** <http://www.parana-online.com.br/editoria/pais/news/923024/?noticia=STF+HOMOLOGA+ACORDO+ENTRE+SP+RJ+E+MG+QUE+VAI+BENEFICIAR+CANTAREIRA>
- 128.** <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1676347/mpe-move-acao-contra-funcionarios-do-dae-e-SABESP-por-agua-do-alto-tiete>
- 129.** <http://noticias.r7.com/sao-paulo/SABESP-vai-diminuir-o-acionamento-nas-festas-19122015>
- 130.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/SABESP-quer-prorrogar-bonus-e-multa-da-agua-desconto-ficara-mais-dificil.html>
- 131.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/chuva-intensa-antecipa-recuperacao-e-cantareira-sai-do-volume-morto.html>
- 132.** <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,um-ano-e-meio-depois--cantareira-sai-do-volume-morto,1816608>
- 133.** http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/07/politica/1452200669_437418.html
- 134.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/SABESP-abre-comportas-da-guarapiranga-e-preocupa-moradores.html>
- 135.** http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/01/campinas_e_rmc/407817-grande-sp-quer-tirar-30-mais-agua-do-cantareira.html
- 136.** <https://catracalivre.com.br/geral/sustentavel/indicacao/apos-melhora-do-cantareira-consumo-de-agua-volta-a-crescer-em-sp/>
- 137.** <http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/SABESP-pede-para-retirar-mais-30-de-agua-do-sistema-cantareira-251174>
- 138.** <http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=47605747506>
- 139.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/nivel-do-sistema-cantareira-tem-nova-alta-nesta-sexta-feira.html>
- 140.** <http://site.SABESP.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoid=65&id=6845>
- 141.** http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2016/02/23/interna_brasil,628564/mpe-critica-proposta-da-SABESP-de-anexar-volume-morto-ao-cantareira.shtml
- 142.** [http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(efz2ktxozkmf4ia5q101qjx5\)\)/Noticia/1808784/ana-deve-vetar-novo-tamanho-do-cantareira](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(efz2ktxozkmf4ia5q101qjx5))/Noticia/1808784/ana-deve-vetar-novo-tamanho-do-cantareira)
- 143.** <http://agenciasn.com.br/arquivos/6031>
- 144.** <http://oglobo.globo.com/brasil/nivel-do-sistema-cantareira-sobe-mas-esta-longe-do-indice-pre-seca-18712396>
- 145.** <http://www.fiquemsabendo.com.br/2016/02/veja-numero-de-reclamacoes-por-falta-de-agua-de-todas-as-regioes-de-sp/>
- 146.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/apos-chuva-nivel-do-cantareira-tem-nova-alta-neste-sabado.html>
- 147.** <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/com-chuvas-nivel-de-agua-do-sistema-cantareira-volta-registrar-alta.html>
- 148.** <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,alkmin-diz-que-questao-da-agua-esta-resolvida,10000019977>
- 149.** <http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/coletivo-de-luta-pela-agua-divulga-nota-cri-se-hidrica-acabou>
- 150.** <http://saladecrise.com.br/2016/03/08/nota-sobre-a-superacao-da-cri-se-hidrica-em-sao-paulo-anunciada-por-gerald-alkmin/>
- 151.** <http://www.fiquemsabendo.com.br/2016/03/falta-de-agua-cresce-43-na-zona-leste-e-cai-no-restante-de-sao-paulo/>

152. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2016/03/12/interna_politica,632222/sistema-cantareira-volta-a-subir-e-completa-26-dias-em-alta.shtml

153. http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/03/11/interna_nacional,742558/SABESP-abre-comportas-de-represa-do-cantareira-em-regiao-alagada-em-sp.shtml

154. http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/2b_TR_PMSB_V2012.pdf

155. <http://artigo19.org/blog/relatorio-sistema-cantareira-e-a-crise-da-agua-em-sao-paulo-a-falta-de-transparencia-no-acesso-a-informacao/>

156. <http://artigo19.org/meioambiente/resultados/>

157. *Projeto de Qualidade da Água da 4ª CCR/MPF* - [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua;); *Boletim das Águas* - <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua>; *Manual de Atuação em Enquadramento e Qualidade da Água* - <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua/manual-de-atuacao-em-enquadramento-e-qualidade-da-agua>

158. <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=2>

ARTIGO 19 BRASIL
Defendendo a Liberdade
de Expressão e Informação

Rua João Adolfo, 118, conjunto 802
CEP 01050-020 | Centro | São Paulo | SP

T +55 11 3057-0042
F +55 11 3057-0071
W www.artigo19.org
TW @artigo19
FB facebook.com/artigo19brasil

Realização:

ARTICLE 19

